

LIVRO BRANCO

SOBRE

**ABUSO DE AUTORIDADE DO ESTADO
NA FEDERAÇÃO RUSSA**

—

**AS NOVAS ACUSAÇÕES COM MOTIVAÇÕES POLÍTICAS
CONTRA MIKHAIL KHODORKOVSKY**

**SETEMBRO, 2007
AMSTERDAM & PEROFF**

© AMSTERDAM & PEROFF
ROBERT AMSTERDAM
DEAN PEROFF

CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO

CHARLES KRAUSE
+1 (202) 778-1049

MARIA DO CÉU ALCAPARRA
(00351) 21 030 7800

ABUSO DE AUTORIDADE ESTATAL NA FEDERAÇÃO RUSSA

AS NOVAS ACUSAÇÕES COM MOTIVAÇÕES POLÍTICAS CONTRA MIKHAIL KHODORKOVSKY

Índice

RESUMO EXECUTIVO	4
1. AS NOVAS ACUSAÇÕES	9
2. O JULGAMENTO-ESPECTÁCULO DE KHODORKOVSKY E O ATAQUE FISCAL À YUKOS	16
3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LEI NO CASO KHODORKOVSKY	29
4. MAUS-TRATOS A QUE KHODORKOVSKY FOI SUBMETIDO NA PRISÃO	32
5. MOTIVOS POR TRÁS DA CAMPANHA CONTRA KHODORKOVSKY E A YUKOS	36
<i>ELIMINAÇÃO DE KHODORKOVSKY COMO ADVERSÁRIO POLÍTICO</i>	36
<i>ELIMINAÇÃO DA YUKOS E AQUISIÇÃO DOS SEUS ACTIVOS</i>	40
6. A VENDA EM LEILÃO DA YUGANSKNEFTEGAZ	44
7. OBSERVAÇÕES INTERNACIONAIS INDEPENDENTES	49
8. A AGENDA DO KREMLIN	56
<i>RECUO DAS REFORMAS E CONSOLIDAÇÃO DA VERTICAL DE PODER</i>	56
<i>INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SISTEMA LEGAL: O ESTADO DUAL</i>	64
<i>AS EMPRESAS ENERGÉTICAS ESTATAIS RUSSAS COMO FERRAMENTAS DO PODER DO KREMLIN</i>	66
<i>EXPORTAÇÃO DE INJUSTIÇA – TENTATIVAS DO KREMLIN USAR TRIBUNAIS ESTRANGEIROS</i>	70
9. DESAFIOS PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL	73
10. CONCLUSÕES	76

ABUSO DE AUTORIDADE ESTATAL NA FEDERAÇÃO RUSSA

AS NOVAS ACUSAÇÕES COM MOTIVAÇÕES POLÍTICAS CONTRA MIKHAIL KHODORKOVSKY

RESUMO EXECUTIVO

Na Primavera de 2003, o Kremlin decidiu que os pontos de vista e comportamentos de Mikhail Khodorkovsky a favor de uma sociedade civil vibrante e a competição no sector energético assente no mercado eram incompatíveis com a sua ideologia e objectivos políticos. A posterior prisão de Khodorkovsky, o seu julgamento-espectáculo e a desproporcionada sentença por acusações fraudulentas foram usados como pretexto legal para o encarcerar num campo prisional na Sibéria. Avaliações fiscais forjadas e exorbitantes foram usadas para encobrir o roubo dos activos principais da Yukos – a empresa energética mais bem sucedida da Rússia, presidida por Mikhail Khodorkovsky.

O Kremlin apresentou novas acusações contra Khodorkovsky por motivos que nada têm a ver com justiça, preocupações legítimas com a defesa da lei russa ou a punição de comportamentos criminosos. Estas acusações foram apresentadas para:

- Garantir que Khodorkovsky não seja libertado em Outubro de 2007, altura em que poderia sê-lo, à luz da actual lei e prática russas;
- Garantir que Khodorkovsky não tenha possibilidade de desempenhar um papel activo na formação do futuro político da Rússia, ou na oposição ao seu rumo actual;
- Legitimar a anterior campanha estatal contra Khodorkovsky;
- Legitimar toda uma série de aquisições fraudulentas, a realizar por empresas estatais, sobre os activos remanescentes da Yukos, no valor de 33 mil milhões de dólares; e
- Legitimar a apropriação de eventuais activos remanescentes que Khodorkovsky possa ter no estrangeiro, recorrendo ao artifício de acusações de lavagem de dinheiro.

Antes da sua prisão, em 2003, Mikhail Khodorkovsky apresentara publicamente uma perspectiva clara para o futuro da Rússia. Exerceu os seus direitos civis para se envolver na política, apoiando um sistema político mais vibrante. Empenhou-se no desenvolvimento da

sociedade civil e tornou-se o primeiro grande filantropo russo moderno, apoiando programas pró-democracia. Dispôs-se a lutar quando se tornou claro que o Estado iria agir contra os seus pontos de vista e crenças. Podia ter fugido, mas manteve a sua posição, o que só testemunha o seu carácter e a convicção de estar inocente.

Mikhail Khodorkovsky desejou que a Rússia se tornasse uma democracia socialmente progressista e orientada para o mercado. Enquanto presidente da maior empresa petrolífera do país, defendeu a integração da Rússia no mercado global por via do livre empreendedorismo russo, em detrimento do monopólio de estado. Khodorkovsky promoveu uma série de iniciativas: a construção de novos *pipelines* com financiamentos privados para facilitar a exportação de energia para a China e os Estados Unidos da América; a liberalização e separação dos monopólios estatais; a adopção de padrões ocidentais de governação empresarial; e o aumento do investimento por parte de companhias internacionais, de forma a aumentar a produção *off-shore*. Khodorkovsky também se manifestou pela necessidade de extinguir a omnipresente corrupção estatal, que criou enormes distorções económicas. Esta visão chocava claramente com a agenda do Kremlin, e em resultado da perseguição a Khodorkovsky, a Rússia avançou não no sentido da democracia, mas do autoritarismo, não para a liberalização, mas para o monopólio, não para a justiça, mas apenas para tentativas de disfarçar a corrupção com ficções legais.

Os novos processos contra Mikhail Khodorkovsky representam uma má administração da justiça, no contexto de um sistema de total injustiça. Não há lugar na Rússia onde este réu possa ter um julgamento justo, porque aqueles que detêm o poder para controlar o sistema legal estão interessados, material e pessoalmente, em apontar-lhe a culpa.

Mais do que acontecimentos isolados, a perseguição de Mikhail Khodorkovsky e a expropriação da Yukos são passos fundamentais para a implementação da agenda política do Kremlin – a eliminação de quaisquer centros de poder adversários e erradicação de qualquer separação de poderes efectiva, através da consolidação de uma «vertical de poder» no Kremlin.

Para cumprir esta agenda política, o Kremlin tem:

- Consolidado o poder nas mãos dos chamados *siloviki* militares e de forças de segurança, que eliminaram ou marginalizaram as vozes a favor das reformas económicas voltadas para o mercado;

- Vindo a afastar-se do desenvolvimento da democracia, dos direitos humanos e do primado da lei na Rússia;
- Instrumentalizado o sistema legal para se envolver na apropriação de activos no sector energético, tanto de investidores internos como estrangeiros; e
- Manipulado os activos do sector energético para projectar o poder estatal russo para os países estrangeiros vizinhos e para a Europa, e destabilizado a segurança internacional através da venda descontrolada de tecnologia nuclear e de armamento, para ganhar vantagem perante os principais concorrentes no sector energético.

Em resultado disto, a corrente perseguição de que é alvo Khodorkovsky, o roubo da Yukos e a implementação da agenda do Kremlin têm vastas implicações para a comunidade internacional. Ameaçam a segurança nacional, a segurança energética e a estabilidade política de todas as nações democráticas empenhadas no primado da lei.

Aqueles que lançam estas acusações contra Mikhail Khodorkovsky são responsáveis pelo maior roubo da história moderna – o roubo da Yukos. Destabilizaram os mercados de energia mundiais, extorquiram algumas das suas maiores empresas, cooptaram algumas das suas principais figuras políticas, e as suas acções depararam, em grande medida, com cumplicidade e silêncio. Voltaram a fazer da Rússia um país onde os direitos de propriedade são politicamente determinados e onde ocorrem regularmente assassinatos contratados de jornalistas e reformistas, tendo esta prática sido recentemente exportada. Um homem enfrentou-os. Este Livro Branco dá conta da sua sorte.¹

¹ Os autores desejam agradecer as valiosas contribuições que deram para este documento Sanford Saunders, John Pappalardo e Maria Logan, da Equipa Internacional para a Defesa de Mikhail Khodorkovsky.

ABUSO DE AUTORIDADE ESTATAL NA FEDERAÇÃO RUSSA

AS NOVAS ACUSAÇÕES COM MOTIVAÇÕES POLÍTICAS CONTRA MIKHAIL KHODORKOVSKY

ÍNDICE COMPLETO

RESUMO EXECUTIVO	4
1. AS NOVAS ACUSAÇÕES	9
«Julgamento pelas manchetes»	10
2. O JULGAMENTO-ESPECTÁCULO DE KHODORKOVSKY E O ATAQUE FISCAL À YUKOS	16
<i>Presumível Culpado, Conluio das Autoridades do Estado e Dívidas Fiscais Retroactivas</i>	17
<i>Negação do Direito a um Tribunal Independente e Imparcial</i>	19
<i>Negação do Direito de Igualdade perante a Lei</i>	19
<i>Negação do Direito a Libertação antes do Julgamento</i>	20
<i>Negação do Direito de Assistência Legal Efectiva</i>	21
<i>Invasão sem Mandato do Gabinete do Advogado de Defesa</i>	22
<i>Negação do Direito de Conhecimento do Caso da Acusação</i>	23
<i>Negação do Direito de Convocar Testemunhas e do Direito de Examinar Testemunhas Especializadas</i>	23
<i>Investigações Ilegais Decorrentes durante o Julgamento</i>	24
<i>Negação do Direito de Excluir Declarações Exteriores ao Tribunal</i>	24
<i>Negação do Direito de ser Ouvido e do Direito a Período Razoável para Preparar e Apresentar a Defesa</i>	25
<i>Tratamento Degradante</i>	25
<i>Pena Desproporcionada</i>	26
<i>O Depoimento de Gladyshev</i>	27
3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LEI NO CASO KHODORKOVSKY	29
<i>Não-presunção de Regularidade</i>	31
4. MAUS-TRATOS A QUE KHODORKOVSKY FOI SUBMETIDO NA PRISÃO	32
<i>Obstrução dos Advogados – Novembro de 2005</i>	32
<i>Primeira repreensão – Dezembro de 2005</i>	33
<i>Cancelamento da Visita de Familiares – Janeiro de 2006</i>	33
<i>Obstrução dos Advogados – Janeiro de 2006</i>	34
<i>Segunda Repreensão – Janeiro de 2006</i>	34
<i>Terceira Repreensão – Março de 2006</i>	34
<i>Ataque à Faca – Abril 2006</i>	35

<i>Quarta Repreensão – Junho de 2006</i>	35
5. MOTIVOS POR TRÁS DA CAMPANHA CONTRA KHODORKOVSKY E A YUKOS	36
<i>ELIMINAÇÃO DE KHODORKOVSKY COMO ADVERSÁRIO POLÍTICO</i>	36
<i>ELIMINAÇÃO DA YUKOS E AQUISIÇÃO DOS SEUS ACTIVOS</i>	40
6. A VENDA EM LEILÃO DA YUGANSKNEFTEGAZ	44
<i>Traição de Compromissos Oficiais Relacionados com as Intenções do Estado para com a Yukos</i>	47
7. OBSERVAÇÕES INTERNACIONAIS INDEPENDENTES	49
<i>Banco Mundial</i>	49
<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Ocde)</i>	49
<i>Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)</i>	50
<i>Amnistia Internacional</i>	53
<i>Avaliação da Observância dos Padrões dos G8</i>	54
8. A AGENDA DO KREMLIN	56
<i>RECUO DAS REFORMAS E CONSOLIDAÇÃO DO PODER VERTICAL</i>	56
<i>INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SISTEMA LEGAL: O ESTADO DUAL</i>	64
<i>AS EMPRESAS ENERGÉTICAS ESTATAIS RUSSAS COMO FERRAMENTAS DO PODER DO KREMLIN</i>	66
<i>EXPORTAÇÃO DE INJUSTIÇA – TENTATIVAS DO KREMLIN USAR TRIBUNAIS ESTRANGEIROS</i>	70
9. DESAFIOS PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL	73
10. CONCLUSÕES	76

1. AS NOVAS ACUSAÇÕES

Em 5 de Fevereiro de 2007, o Kremlin apresentou novas acusações contra Khodorkovsky por motivos que nada têm a ver com justiça, preocupações legítimas com a defesa da lei russa ou a punição de comportamentos criminosos. Estas acusações foram apresentadas por cinco acusações foram apresentadas por cinco motivos principais:

- Garantir que Khodorkovsky não seja libertado em Outubro de 2007, altura em que terá cumprido metade da pena original e em que poderia ser libertado, à luz da actual lei e prática russas;
- Garantir que Khodorkovsky não tenha possibilidade de desempenhar um papel activo na formação do futuro político da Rússia, ou na oposição ao seu rumo actual, em especial no que respeita às próximas eleições parlamentares, em 2007, e à eleição presidencial de 2008;
- Legitimar a anterior campanha estatal contra Khodorkovsky, tentando voltar a retratá-lo como criminoso;
- Legitimar toda uma série de aquisições fraudulentas, a realizar por empresas estatais, sobre os activos remanescentes da Yukos, no valor de 33 mil milhões de dólares; e
- Legitimar a apropriação de eventuais activos remanescentes que Khodorkovsky possa ter no estrangeiro, recorrendo ao artifício de acusações de lavagem de dinheiro.

«Julgamento pelas manchetes»

Em finais de Dezembro de 2006, Mikhail Khodorkovsky foi transferido da sua prisão siberiana para instalações de detenção pré-julgamento, na cidade de Chita, para ser interrogado no âmbito de uma nova investigação criminal. Mesmo antes da conclusão da «investigação» e do interrogatório, a Procuradoria-Geral russa anunciou numa conferência de imprensa que apresentaria novas acusações contra Khodorkovsky, entre as quais acusações aparentemente relacionadas com as empresas comerciais da Yukos e o financiamento da fundação de caridade de Khodorkovsky, a Rússia Aberta.

O Kremlin sabe bem que à luz das actuais práticas e leis da Rússia Khodorkovsky poderia pedir liberdade condicional em Outubro de 2007, altura em que terá cumprido metade da sua pena de oito anos. O momento escolhido para aparecerem estas novas acusações implica que Khodorkovsky esteja inevitavelmente por trás das grades pelo menos durante as eleições parlamentares deste ano e a transição presidencial de 2008.

Além disso, as novas acusações parecem ter como finalidade dar cobertura moral à venda ilegal dos activos remanescentes da Yukos, avaliados em 33 mil milhões de dólares, venda essa levada a cabo pelo governo russo, no fim deste ano.² O Kremlin pode alimentar a esperança de que as novas acusações, juntamente com o outro julgamento de Khodorkovsky, formem uma cortina de fumo para desviar as atenções da – e tentar justificar a – aquisição ilegal destes activos da Yukos por empresas estatais do sector energético. Embora os activos remanescentes da Yukos tenham sido avaliados em 33 mil milhões de dólares, o que seria suficiente para cobrir os 26,6 mil milhões de dólares reclamados pelos credores e provados em tribunal, o credor de falências do Estado declarou que o valor dos activos remanescentes era de 22 mil milhões.³ Quanto à venda forçada da subsidiária de produção central da Yukos, em 2004, o Estado mais uma vez subavalia os activos da Yukos para facilitar a sua aquisição a custo reduzido por empresas estatais e, desta feita, para destruir de vez a Yukos.⁴

² Segundo relatórios publicados em Janeiro de 2007 pelo diário de negócios *Vedomosti* e pela agência de notícias Prime-Tass, esta avaliação foi efectuada por um consórcio liderado pela empresa russa Roseco, que depois apresentou a avaliação ao credor de falência Eduard Rebgun. Rebgun reconheceu entretanto manter ligações próximas com o *establishment* da segurança russo e com a liderança das principais empresas estatais do sector energético.

³ Estas quantias foram relatadas pelo *Vedomosti* e pela Prime-Tass em Janeiro de 2007, citando o principal porta-voz de Rebgun. Estes novos relatórios também afirmavam que a venda dos activos por 33 mil milhões de dólares era improvável, e que viria possivelmente a ser feita com um desconto de cinco a 30 por cento.

⁴ Segundo Alexander Temerko, antigo vice-presidente da Yukos, «a Yukos valeria mais de 100 mil milhões de dólares, mas querem ficar com ela por cerca de 25 mil milhões». «Khodorkovsky enfrenta novas acusações», por Catherine Belton, *The Financial Times*, 5 de Fevereiro de 2007.

A intenção do Kremlin, com qualquer um destes motivos ou com uma combinação deles, parece ser fazer outro «juízo pelas manchetes» – através do qual as alegações difamatórias, somadas a abusos sistemáticos da lei e do processo legal russo, impelem o aparelho judicial no sentido de um veredicto de culpado pré-definido.⁵

As novas alegações contra Mikhail Khodorkovsky demonstram a vontade do Kremlin para ignorar os factos de forma a perseguir o que decidiu classificar como actividade criminosa. No novo julgamento, é de esperar alegações de que Khodorkovsky, como elemento de um grupo organizado, se apropriou indevidamente de milhares de milhões de dólares provenientes do petróleo, fazendo as entidades produtoras da Yukos vender petróleo a preços reduzidos às subsidiárias da Yukos, que por sua vez o revendiam nos mercados nacionais e estrangeiros. As práticas de auditoria financeira consolidada, implementadas de acordo com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites («PCGA»), reflectem que os lucros da alegada actividade criminosa foram localizados e permaneceram no interior da estrutura empresarial da Yukos.⁶ A recusa dos investigadores em aplicar os princípios mais elementares de estruturação financeira empresarial vertical ou de contabilidade forense, e de reconhecer a existência e validade desses relatórios financeiros consolidados, indica que terão mais em conta a forma do que a substância, de modo a classificar Mikhail Khodorkovsky como criminoso. Além disso, a cegueira voluntária dos investigadores em relação a elementos técnicos essenciais, pertinentes para as alegações, demonstra que as conclusões da investigação corrente não têm qualquer legitimidade e legalidade, sendo claramente produto de motivos políticos e comerciais.

Para conduzir a nova investigação, o Kremlin chamou a Moscovo o procurador especial Salavat Karimov. Conhecido como «assassino de oligarcas» pelos *media* russos, pelo papel principal que assumiu na investigação original do caso Yukos, Karimov foi destacado o ano passado para o Bashkortostão, para investigar privatizações nessa república russa rica em minerais. O regresso a Moscovo anuncia a determinação das mais altas autoridades russas

⁵ Tudo indica que os tribunais acederão completamente aos desejos do Kremlin. Em Junho de 2006, um tribunal de Moscovo decidiu incluir mais 13 mil milhões em impostos em atraso na lista dos credores da Yukos, depois de meros 15 minutos a apreciar as 127 mil páginas de dados apresentadas pelos funcionários dos impostos russos.

⁶ As práticas de auditoria financeira consolidada da Yukos foram implementadas em consulta com a PriceWaterhouseCoopers [PwC], e os seus relatórios financeiros consolidados foram por ela revistos. No que parece ser um ataque preventivo contra uma das defesas óbvias às acusações antecipadas, a Procuradoria-Geral anunciou acusações do foro criminal contra a PwC relativamente ao seu trabalho para a Yukos. A PwC negou a validade das acusações e notou que prestou serviço de aconselhamento à Yukos tal como o fez à Gazprom e outras empresas que representam aproximadamente metade do PIB russo, nenhuma das quais tendo sido alvo de acusações semelhantes.

para orquestrar outro julgamento-espectáculo, por mais fracas que sejam as provas ou por mais elevado que seja o custo político a nível internacional.

O que mudou no contexto actual é que o regime russo perdeu a autoridade moral para administrar a justiça. A exploração por parte do Kremlin dos poderes reguladores e de acusação que detém tornou-se de natureza criminosa, embora se encontre escudada pela imunidade estatal. A aplicação selectiva de leis fiscais e ambientais é agora um dos meios preferidos para roubar activos a proprietários nacionais e estrangeiros, pondo também os procuradores ao seu serviço como prevaricadores e malfeitores. No contexto do caso da Yukos e da assustadora expropriação que este Livro Branco descreve, deve salientar-se que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a Procuradoria-Geral da Federação Russa, no caso *Gusinskiy vs. Rússia*, recorreu ao poder penal de encarceramento para conseguir objectivos económicos.⁷ Em vez de garantir que não se voltem a verificar estas práticas, o Kremlin parece ter literalmente adoptado as estratégias que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condenou. De facto, Karimov, o investigador atrás mencionado agora responsável pelas novas acusações contra Mikhail Khodorkovsky, foi o investigador-principal também envolvido no caso *Gusinskiy*, cujos métodos foram condenados pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

A próxima fase da exploração do poder de acusação envolve alegações de transacções caracterizadas como «lavagem de dinheiro» – independentemente da ausência de qualquer delito criminal declarado. Se o julgamento tiver um mínimo que seja de objectividade, a etiqueta de «lavagem de dinheiro» esvaziar-se-á como um balão. Do que até à data foi revelado sobre as acusações, nenhuma avaliação especializada objectiva concluiria pela ilegalidade das estruturas empresariais e das transacções relevantes. Com efeito, a aparente reinterpretação da lei por parte da Procuradoria-Geral tornaria ilegal as práticas actuais e passadas de muitas empresas russas do sector energético e de outros sectores. Além disso, durante o período em apreço, foram levadas a cabo por contabilistas e juristas experientes e independentes as diligências intensivas devidas em relação à Yukos tendo em vista as negociações de fusão com a Sibneft, a ExxonMobil e a ChevronTexaco.

No entanto, com Karimov à frente das investigações, não restam dúvidas de que o Kremlin tenciona levar adiante um julgamento-espectáculo imune aos factos ou tentar fabricar outras acusações a partir de uma interpretação deliberadamente errada da lei russa.

⁷ *Gusinskiy v. Russia*, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, 19 de Maio de 2004 (Appl. No. 70276/01).

Não há hoje qualquer indicação de que os abusos que continuam a caracterizar o Caso Khodorkovsky estejam para acabar. O local na Sibéria onde decorre a investigação actual, por exemplo, deixa Khodorkovsky numa posição de considerável desvantagem. A lei russa prescreve que as investigações de âmbito criminal sejam efectuadas na jurisdição onde tenha ocorrido um alegado crime, neste caso em Moscovo.⁸ No entanto, a Procuradoria-Geral russa transferiu Mikhail Khodorkovsky e o seu antigo parceiro de negócios, Platon Lebedev, para uma prisão em Chita, na Sibéria, a milhares de quilómetros de Moscovo, opção que impede materialmente Khodorkovsky e a sua equipa legal de prepararem uma defesa efectiva. Afastar a investigação de Moscovo é uma estratégia de acusação para tornar os recursos da defesa indisponíveis ou inacessíveis. O advogado russo de Khodorkovsky, Yuri Schmidt, tem-se queixado repetidamente da invalidade da investigação realizada em Chita, já para não falar do julgamento.⁹

Além disso, desde que Khodorkovsky foi transferido para Chita, a equipa da defesa pôs em causa a composição da equipa de investigação, argumentando que, à luz do seu historial e comportamento em investigações passadas, há uma óbvia e bem fundada apreensão quanto à imparcialidade da presente investigação.

Além da desadequação do local escolhido para o interrogatório de Khodorkovsky, a Procuradoria-Geral violou também o direito fundamental de Khodorkovsky ser informado do conteúdo exacto das acusações. Numa apresentação à Procuradoria-Geral, Schmidt apontou que a mais básica garantia subjacente ao direito constitucional a uma defesa, e um dos direitos fundamentais de um acusado no processo criminal russo, é o direito a conhecer as acusações de que é alvo.¹⁰

Em reacção às novas acusações anunciadas a 5 de Fevereiro de 2007, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América fez a seguinte declaração: «Tal como comentámos em relação ao julgamento original, a continuada perseguição de Mikhail Khodorkovsky e o desmembramento da Yukos levantam sérias dúvidas quanto ao primado da lei na Rússia. Khodorkovsky e o seu associado, Platon Lebedev, teriam a possibilidade de pedir liberdade condicional este ano, uma vez cumprida metade das suas penas. Estas novas acusações quase

⁸ Artigo 152, Código Russo de Processo Criminal.

⁹ Há apenas um voo directo sem escalas entre Moscovo e Chita, que demora 6 horas. Todos os restantes voos fazem paragens a meio do caminho e demoram quase 9 horas. A viagem de comboio demora quatro dias.

¹⁰ O artigo 198 do Código Russo do Processo Criminal dá ao acusado direitos consideráveis durante as investigações forenses especializadas. O Artigo 6, parágrafo 3(a) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem exige que todas as pessoas acusadas de terem cometido um delito criminal sejam pronta e pormenorizadamente informadas da natureza e causa da acusação.

de certeza impediriam a sua libertação prematura. Muitas das acções no caso contra Khodorkovsky e a Yukos suscitam sérias preocupações relativamente à independência dos tribunais, à inviolabilidade dos contratos e dos direitos de propriedade e à existência de um regime de impostos previsível. O comportamento das autoridades russas no caso Khodorkovsky/Yukos minou a reputação da Rússia e a confiança nas instituições legais e judiciais russas. Estas acções, deste e de outros casos, levantam questões sobre o empenho da Rússia para com as responsabilidades que todos os países democráticos e economias de mercado livre adoptaram.»

Antes da detenção de Khodorkovsky em Outubro de 2003, o sistema judicial russo gozava de uma presunção de legitimidade suficiente para que um acusado não fugisse do país, como poderia facilmente fazer, antes continuando a colaborar com a Procuradoria-Geral. Mikhail Khodorkovsky desafiou prontamente o que parecia ser uma tentativa por parte de funcionários do Estado corruptos para manipular a justiça e o intimidar.

Agora, no entanto, iniciado o interrogatório sobre as novas acusações, Khodorkovsky declarou que a esperança que em 2003 depositava no sistema judicial russo se tinha inteiramente perdido, e que se recusava a cooperar com os investigadores noutra julgamento de farsa com motivações políticas. Pediu a substituição de toda a equipa de investigação, dado que Karimov e os seus colaboradores se tinham profundamente desacreditado a si mesmos, por via das acções brutais e tão gritantemente ilegais contra várias pessoas relacionadas com a Yukos. O pedido de Khodorkovsky foi recusado.

O modo como Khodorkovsky, a Yukos e a Rússia Aberta foram perseguidos revela novas tendências de deliberado desrespeito da lei e do processo jurídico, e um imprudente desrespeito pelos direitos de propriedade. O Kremlin abusou abertamente dos seus poderes de forma a esmagar os seus adversários, violando direitos constitucionais e princípios fundamentais do processo, e ignorando leis que deveriam ter impedido que semelhante fantochada jurídica pudesse ocorrer num país industrializado moderno. Quanto às alegações recentemente anunciadas, a nova investigação vai contra o espírito e a letra do Artigo 14 das Orientações das Nações Unidas sobre o Papel da Acusação, que afirma que «[o]s acusadores não deverão dar início ou continuidade a acusações, ou deverão dar o seu máximo para suspender o julgamento, quando uma investigação imparcial revelar que as acusações são infundadas».¹¹

¹¹ Orientações das Nações Unidas sobre o Papel dos Acusadores adoptadas pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento dos Infractores, Havana, Cuba, de 27 de Agosto a 7 de Setembro de 1990.

É consensual que Mikhail Khodorkovsky é vítima de algo muito mais grave do que uma justiça selectiva ou maldosa. Independentemente da inocência de Khodorkovsky, o próprio Kremlin quis fazer deste caso um exemplo, como passo necessário para consolidar o seu poder. «Tínhamos que apanhar alguém», disse Vladislav Surkov, chefe de pessoal delegado da Administração Presidencial.

A altura em que aparecem as novas acusações não é acidental. A imagem da Rússia no exterior tem vindo a deteriorar-se devido a uma série de assassinatos bastante publicitados, em Moscovo e em Londres. Ao mesmo tempo, à medida que se aproxima a mudança de liderança presidencial de 2008, crescem as manobras de bastidores, para obter favores e poder no Kremlin. O Kremlin pode alimentar a esperança de que a sistemática perseguição a Khodorkovsky afaste as atenções dos problemas internacionais e internos da Rússia; e pode também esperar convencer o mundo de que, mesmo que o primeiro julgamento de Khodorkovsky tenha sido universalmente considerado uma fraude, as novas acusações serão mais convincentes. Este é um factor importante para uma liderança política que procurou dar da Rússia a imagem de democracia que funciona, «normal», onde as leis são respeitadas e os tribunais são independentes do controlo político, em vez do país cada vez mais autoritário, violento e corrupto em que a Rússia se tornou.

Como discutiremos aqui, além do caso Khodorkovsky, outros casos reflectem os mesmos problemas sistémicos de más práticas judiciais e de acusação com motivações políticas na Rússia dos nossos dias. Tanto o Conselho da Europa como a Amnistia Internacional catalogaram estes casos e assinalaram a prevalência do controlo político sobre ameaças de investigação e sobre as deliberações dos tribunais. Khodorkovsky pertence a um grupo cada vez mais alargado de prisioneiros políticos do Estado russo. Tendo em conta as flagrantes violações do procedimento legal suportadas por estes prisioneiros, que passam por grosseiras violações sistémicas da lei doméstica e internacional no que diz respeito ao processo, ao julgamento justo e às condições prisionais, e tendo em conta as incorrecções legais e factuais em que se baseiam as suas sentenças, à luz da lei estes prisioneiros merecem pura e simplesmente a libertação imediata e incondicional.

Quanto a Mikhail Khodorkovsky, considerando a destruição desnecessária de bens seus no valor de milhares de milhões de dólares e a sua prisão por quase quatro anos, pode dizer-se que pagou um exorbitante preço económico e pessoal pelos seus alegados erros.

2. O JULGAMENTO-ESPECTÁCULO DE KHODORKOVSKY E O ATAQUE FISCAL À YUKOS

A gravidade e a brutal quantidade das violações processuais (...) excedem, na minha opinião, a mera acumulação de erros que poderia ser explicada por falta de experiência ou profissionalismo. Durante o meu mandato, fui confrontada com vários exemplos de problemas sérios de que sofre o sistema judicial russo em geral, incluindo a notória abertura à corrupção, a falta de respeito pelos direitos da defesa e, em particular, a influência esmagadora da Procuradoria, que por sua vez é um instrumento nas mãos do Executivo.

Sabine Leutheusser-Schnarrenberger¹²

O julgamento-espectáculo de Mikhail Khodorkovsky decorreu entre Junho de 2004 e Maio de 2005. Enquanto Khodorkovsky era submetido a injustiças graves na interpretação e aplicação da lei russa, o Kremlin lançava um ataque fiscal à Yukos, baseado em acusações de âmbito fiscal absurdamente injustificáveis.

A campanha do Kremlin contra Khodorkovsky e a Yukos foi o ponto de viragem crítico – violando não só a lei russa, mas também princípios fundamentais do direito internacional. O violento ataque desferido pelo aparelho jurídico do Estado contra Khodorkovsky foi tão injusto que constituiu verdadeira perseguição política. Em ambos os processos, criminal e fiscal, os tribunais não foram independentes, não acataram o princípio da igualdade perante a lei, e cometeram múltiplas e graves violações do direito processual e substantivo. O que se segue é uma descrição das violações processuais da Procuradoria-Geral e dos tribunais no curso dos procedimentos criminal e fiscal. Muitas destas violações são tão grosseiramente erradas ou irracionais que impossibilitam ver nos procedimentos qualquer semelhança com boa fé e revelam as motivações políticas do Estado. De facto, a natureza injusta dos procedimentos, combinada com as motivações políticas que estão por detrás da perseguição de Khodorkovsky, fazem dele um prisioneiro político, segundo os critérios do Conselho da Europa e tal como determinado por Günter Nooke, comissário do governo federal alemão para a política de direitos humanos e o auxílio humanitário.

¹² Relatora do Comité de Assuntos Jurídicos e Direitos do Homem da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, “The circumstances surrounding the arrest and prosecution of leading Yukos executives”, Comité de Assuntos Jurídicos e Direitos do Homem, Conselho da Europa, 29 de Novembro de 2004 (Doc. 10368), p. 59.

Presumível Culpado, Conluio das Autoridades do Estado e Dívidas Fiscais

Retroactivas

Em 25 de Outubro de 2003, Mikhail Khodorkovsky foi preso, sob ameaça de arma, e detido sob acusações criminais. Em poucas semanas, o Ministro dos Impostos anunciou que em resultado de uma auditoria externa que tinha levado a cabo, era da opinião de que a Yukos detinha cerca de 5 mil milhões de dólares em dívidas fiscais, juros e multas. Isto assinalava o lançamento de uma segunda frente de ataque a Mikhail Khodorkovsky e foi o primeiro sinal de que seria aplicado à Yukos um imposto confiscatório gigantesco.

Em 29 de Dezembro de 2003, o Ministro dos Impostos russo publicou um relatório de «Acto de Auditoria» alegando que a Yukos detinha 3,3 mil milhões de dólares em impostos por pagar, juros e multas relativas a 2000. Ao abrigo da lei russa, os Actos de Auditoria têm que ser relatórios objectivos, fundamentados numa análise ponderada de provas documentais.¹³ O Acto de Auditoria da Yukos, em comparação, foi escrito partindo do princípio de que a Yukos e Khodorkovsky eram culpados. O Acto de Auditoria afirmava que «[a] culpa dos funcionários da OAO NK Yukos é também confirmada por documentos de processos criminais instigados pela Procuradoria-Geral da Federação Russa». Esta espantosa declaração de culpa presumível torna claro que o Ministério dos Impostos trabalhou em grande proximidade, e de forma ilegítima, com a Procuradoria-Geral, para conduzir a auditoria e preparar as alegações. De acordo com o Código de Processo Criminal russo, os documentos e outros materiais recolhidos numa investigação criminal ficam acessíveis apenas a um número limitado de participantes no caso, incluindo os investigadores, acusadores e advogado de defesa que foram expressamente autorizados pelo tribunal para avaliar esses documentos. Os materiais da investigação podem ser tornados públicos apenas com autorização do acusador ou investigador, e apenas se a publicação não violar os direitos e interesses legítimos do acusado.¹⁴ É forçoso admitir que a Procuradoria-Geral revelou estes materiais aos funcionários do Ministério dos Impostos. De facto, é difícil perceber como poderiam os auditores ter obtido toda a informação em que se basearam, no espaço de duas semanas, sem obter esta informação da Procuradoria. As entidades estatais estavam claramente a agir em conluio e com grande urgência.

¹³ Artigo 100 do Código Fiscal e Regulamento 60 do Ministério dos Impostos da Federação Russa, de 10 de Abril de 2000 (Regras para Publicação de Relatórios de Auditoria Fiscal Field e Procedimentos a ser Seguidos em Caso de Violação da Legislação Fiscal).

¹⁴ Código de Processo Criminal da Federação Russa, Artigo 161.

Os materiais obtidos pelos funcionários do Ministério dos Impostos continham informação financeira registada no curso normal dos negócios, e de facto não provavam a ausência de pagamento dos impostos. Ainda assim, tentando dar crédito às suas alegações, o Ministério dos Impostos exigiu estes registos.

Todo o processo de auditoria – a sua natureza apressada e o seu *timing* relativamente à acusação de Mikhail Khodorkovsky – dão a entender que o Acto de Auditoria foi redigido pela Procuradoria-Geral, ou com colaboração próxima dela. O Ministério dos Impostos auditou regularmente a Yukos. Fê-lo em meados de 2000, relativamente ao ano fiscal de 1999. A auditoria de 2000 foi encerrada e todas os impostos aplicáveis foram pagos nessa altura. No entanto, depois de iniciados os procedimentos legais contra Khodorkovsky, o Ministério dos Impostos reabriu a auditoria de 2000, alegando que a Yukos tinha novas dívidas fiscais. A reabertura por parte do Ministério dos Impostos da sua avaliação anterior foi também acelerada por uma limitação estatutária – que estava prestes a expirar. Além disso, na época em apreço, as estruturas fiscais empregues pela Yukos eram instrumentos para redução da carga fiscal completamente legais e a conduta de que a Procuradoria-Geral se queixou não poderia constituir violação criminal, ou sequer civil, do Código Fiscal.¹⁵ Uma série de documentos oficiais, entre os quais se contavam relatórios e memorandos do Procurador-Geral russo e do Ministério da Administração Interna russo, além de correspondência com a Administração Presidencial, reconhecem a natureza civil, e não criminal, das alegações que foram consideradas contra Mikhail Khodorkovsky em 2003. O documento também indica que as alegadas actividades não constituem nenhuma violação da lei da concorrência russa. Apesar destas avaliações internas, foi tomada uma decisão política para avançar com queixas criminais contra Khodorkovsky.¹⁶ Segundo o director financeiro da Yukos, Bruce Misamore, antes do ataque do Estado à Yukos, em 2003, a empresa tinha-se preparado para uma eventual entrada na Bolsa de Valores de Nova Iorque e para uma emissão antecipada de Eurobonds. Pare estes efeitos, a Yukos contratou o gabinete de advogados internacional Akin Gump Strauss Hauer e Feld, e também a PwC. Especialistas destas

¹⁵ Sanford M. Saunders, Jr., A. John Pappalardo e Maria P. Logan, “Analysis of the Criminal Charges against and the Trial of Mikhail B. Khodorkovsky and Platon Lebedev”, 29 de Maio de 2005, p. 14.

¹⁶ Memorando de Abril de 2003 de Vladimir Ustinov, Procurador-geral da Federação Russa, para o Presidente Putin, além do relatório relacionado de V.S. Fomichev, Presidente em Exercício do Departamento para Supervisão do Cumprimento de Leis e Legalidade dos Actos Legais, Procuradoria-Geral da Federação Russa; Memorando de 14 de Abril de 2003, do Ministro da Administração Interna da Federação Russa para o Fundo de Propriedade Federal Russo; Carta de 29 de Abril de 2003 de Mikhail Kasyanov, Presidente do Governo da Federação Russa, para o Presidente Putin; carta de 14 de Abril de 2003 do Chefe do Departamento de Criminalidade Económica da Cidade de Moscovo, em resposta a inquirições do Chefe do Departamento da Criminalidade Económica do Ministério da Administração Interna da Federação Russa; declaração de 9 de Outubro de 2002 do Procurador-geral da Federação Russa ao Serviço Federal Anti-monopólios Russo; declaração de 10 de Novembro de 2002, Serviço Federal Anti-monopólios Russo.

empresas, além de possíveis avalistas e seus conselheiros, levaram a cabo rigorosas diligências devidas sobre as práticas financeiras e de governação, históricas e correntes, da Yukos e suas subsidiárias. A contabilidade da empresa, as práticas financeiras e de governação, além dos seus mecanismos internos de controlo, estavam de acordo com os padrões necessários tanto para a entrada na Bolsa de Valores de Nova Iorque como para a emissão de Eurobonds.¹⁷

Negação do Direito a um Tribunal Independente e Imparcial

No decorrer do processo contra Mikhail Khodorkovsky e a Yukos, as autoridades russas conseguiram afastar dois juízes que eram alegadamente favoráveis à Yukos, substituindo-os por juízes mais susceptíveis de ser controlados pelo Executivo. Em Junho de 2004, a juíza Natalya Cheburashkina foi afastada das audições de um dos casos fiscais da Yukos por não ser suficientemente receptiva às reivindicações do Ministério dos Impostos. Cheburashkina era uma juíza altamente respeitada, inicialmente nomeada para adjudicar uma reivindicação da Yukos de revogação da reavaliação fiscal de 2000. Caiu em desgraça junto do Ministério dos Impostos quando concedeu uma ordem de suspensão pedida pela Yukos, que de facto impedia o Ministério dos Impostos de se apropriar dos activos da empresa à sua vontade. A juíza Cheburashkina foi substituída pela juíza Olga Mikhailova. Mikhailova recusou no entanto o cargo no próprio dia em que foi nomeada, declarando publicamente que tinha sido sujeita a pressões externas. Para a suceder foi designado um terceiro juiz, Petrov, que viria a revogar a ordem de suspensão concedida à Yukos, negando assim à empresa a reivindicação para que fosse revogada a reavaliação de 2000.

Negação do Direito de Igualdade perante a Lei

Tanto o processo criminal como fiscal violavam o princípio da igualdade perante a lei. O acusado nos processos criminais e a Yukos, nos processos fiscais, foram arbitrariamente escolhidos pelas autoridades. Dmitri Medvedev, chefe da Administração Presidencial no Kremlin, e simultaneamente alto-funcionário da Gazprom, declarou que a acusação de

¹⁷ A Yukos teria apenas que implementar determinadas medidas adicionais para obedecer às exigências da nova lei Sarbanes-Oxley, dos Estados Unidos, legislada em 2002. Segundo Misamore, quando assumiu as suas responsabilidades como Director Financeiro em 2001, teve instruções da Administração e do CEO para garantir que a Yukos adoptava os padrões internacionais de «melhores práticas» a respeito de todos os aspectos da gestão financeira da empresa e, em particular, a respeito da contabilidade, finanças, relação com investidores e governação empresarial. Misamore implementou normas para a empresa ainda mais estritas que os padrões exigidos pela lei russa. Quando o Kremlin lançou o seu ataque à Yukos, a empresa era já modelo em termos de relatórios financeiros, governação empresarial e relações com investidores em toda a Rússia.

Khodorkovsky tinha a ver com a «igualdade perante a lei para todos, mesmo os ricos».¹⁸ No entanto, como notou a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), as práticas alegadamente abusivas da Yukos para reduzir os impostos foram também usadas por outras empresas petrolíferas e do sector dos recursos naturais em funcionamento na Rússia. Estas empresas não foram sujeitas a reavaliação fiscal semelhante, ou à sua execução forçada, e as suas chefias executivas não foram alvo de acusações criminais.¹⁹ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) fez eco da APCE, descrevendo o caso contra a Yukos e os seus antigos executivos como um «caso de aplicação altamente selectiva da lei». A OCDE também descreveu os acusadores e os tribunais como «altamente politizados».²⁰ As autoridades fiscais russas estavam bem cientes de que a Yukos e outras empresas petrolíferas russas efectuavam transacções com entidades localizadas em regiões da Rússia com baixos impostos. De facto, as regiões com baixos impostos reduziram o valor dos seus impostos para incentivar as empresas a desenvolverem a actividade económica nestas regiões. As autoridades russas não tinham até então manifestado qualquer preocupação a este respeito. O Relator da Comissão de Assuntos Jurídicos e de Direitos do Homem da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa deu conta da natureza discriminatória das avaliações de impostos, afirmando que um representante do Ministério dos Impostos confirmara que em 2000 as técnicas em questão eram amplamente usadas e consideradas legais. A lei que possibilita os alegados abusos foi portanto alterada, levantando a questão da aplicação retroactiva das leis. O relator observou também que a carga fiscal total da Yukos era cerca do triplo da dos seus concorrentes. O relator afirma ter questionado as autoridades sobre se outras petrolíferas russas tinham sido sujeitas a avaliações semelhantes e se os seus executivos tinham sido alvo de acusações criminais, dado que as outras petrolíferas se envolveram nas mesmas práticas de minimização de impostos que a Yukos. As autoridades não responderam às questões do relator.

Negação do Direito a Libertação antes do Julgamento

A prisão de Mikhail Khodorkovsky, sob ameaça de arma das forças de segurança que atacaram um jacto particular, foi desproporcionada em relação aos crimes não-violentos de que foi acusado. Khodorkovsky ficou encarcerado durante a fase pré-julgamento. No entanto, de acordo com a lei russa, as detenções pré-julgamento para crimes não-violentos são extremamente raras. A detenção pré-julgamento é uma medida excepcional e só é sancionada caso seja impossível encontrar alternativas para garantir a presença no julgamento. A prática

¹⁸ «Yukos Yukos: High Stakes», *Petroleum Economist*, 16 de Fevereiro de 2004, p. 3.

¹⁹ Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Resolução 1418 (2004).

²⁰ *Economic Survey of the Russian Federation*, OCDE, Julho de 2004.

habitual não seria deter, caindo o ónus de justificar o encarceramento no acusador do Estado.²¹ No entanto, em todas as audições da detenção, a Procuradoria-Geral não conseguiu apresentar provas credíveis que justificassem a detenção permanente de Khodorkovsky. De acordo com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a prolongada detenção de Mikhail Khodorkovsky foi arbitrária. Um funcionário judicial, perante quem é apresentado o indivíduo detido, deve avaliar as circunstâncias a favor ou contra a detenção, para decidir de acordo com critérios legais se há ou não motivos que justifiquem a detenção, e para ordenar a libertação se não os houver.²² Além disso, a «detenção permanente pode ser justificada num determinado caso apenas se houver indicações específicas de exigências genuínas de interesse público que, sem pôr em causa a presunção de inocência, se sobreponham à regra do respeito pela liberdade individual...».²³ Os principais interesses públicos a ter em conta são a segurança pública e as garantias de que o acusado comparece no julgamento. Não havia fundamentos para afirmar que Khodorkovsky faltaria ao julgamento, cometeria crimes de forma sistemática, destruiria provas ou obstruiria o processo judicial. Mikhail Khodorkovsky declarou-se determinado em defender a sua reputação à luz da lei, e em permanecer na Rússia com a mulher e os filhos. Fez inúmeras viagens ao estrangeiro, na altura em que a Procuradoria-Geral começou a atacar os seus associados, e no entanto regressou sempre. Depois de ser detido, parlamentares russos e outros cidadãos respeitados deram garantias pessoais de que o comportamento de Khodorkovsky dispensava quaisquer obrigações de fiança. No entanto, sem qualquer fundamento, Khodorkovsky foi tratado como se representasse uma séria ameaça para a sociedade, ou um sério risco de não comparecer no julgamento.

Negação do Direito de Assistência Legal Efectiva

Mikhail Khodorkovsky viu ser-lhe negado o direito de assistência efectiva do advogado de defesa, incluindo tempo e instalações adequadas para rever as acusações e preparar uma defesa, além da oportunidade de falar confidencialmente com um advogado, tal como é garantido pelo Artigo 13(3) do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas e pelo Artigo 6 da Convenção Europeia sobre Direitos do Homem. O direito a assistência legal implica o direito de comunicar com um advogado em absoluta confidencialidade, num contexto privado que preserve a relação de sigilo advogado-cliente. O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos exige que, no caso de haver acusações

²¹ Código de Processo Criminal da Federação Russa, Artigo 108.

²² *Aquilina v. Malta*, Eur. Ct. H.R., 29 de Abril de 1999.

²³ *Kalashnikov v. Russia*, Eur. Ct. H.R., 15 de Julho de 2002. Ver também *I.A. v. France*, Eur. Ct. H.R., 23 de Setembro de 1998.

do foro criminal, o acusado tenha o direito de «ser pronta e pormenorizadamente informado (...) da natureza e causa da acusação contra si [e] disponha do tempo e das instalações necessárias para preparar a sua defesa e comunicar com o advogado da sua escolha».²⁴ A Convenção Europeia sobre Direitos do Homem estabelece os mesmos direitos. De acordo com o Tribunal Europeu de Direitos do Homem, a garantia de assistência legal inclui o direito do réu «comunicar com o seu advogado fora do alcance de uma terceira pessoa (...) [porque] se um advogado não puder conversar com o seu cliente e dele receber instruções confidenciais sem ser vigiado, a sua assistência perderá boa parte da sua utilidade».²⁵ Mikhail Khodorkovsky viu ser-lhe negado o direito de conversar à vontade com o advogado de defesa, não só durante o julgamento mas também antes dele, durante a fase de investigação. O advogado não teve acesso às audições e interrogatórios efectuados pelos investigadores de Khodorkovsky e foi-lhe concedido um tempo limitado para rever o caso da Procuradoria-Geral e preparar a defesa. Estas práticas violavam o Código de Processo Criminal da Federação Russa, que afirma que o tempo para preparar a defesa não pode ser limitado, a menos que se torne óbvio que a defesa está a tentar atrasar o processo.²⁶ O acesso do advogado de defesa a Khodorkovsky também foi na prática restringido pela administração da detenção, que implicava que fosse previamente emitida uma carta da Procuradoria-Geral a autorizar o acesso do advogado. Em tribunal, antes que Khodorkovsky e o advogado pudessem trocar alguma nota, esta teria que ser lida pelo juiz. Grande parte das vezes que Khodorkovsky e o advogado tentavam comunicar directamente através das barras da cela em que o réu estava, interpunham-se entre ambos guardas armados para bloquear a comunicação.

Quando Mikhail Khodorkovsky, fundamentando-se no Artigo 24(2) da Constituição, pediu a publicitação de elementos que justificassem a restrição das suas comunicações com o advogado, o tribunal furtou-se ao pedido, remetendo para as regras das autoridades que o detinham. No entanto, estas autoridades declararam que essas regras eram segredo de Estado. Assim sendo, a defesa não teve possibilidade de se referir a quaisquer cláusulas específicas para fundamentar os seus apelos. Interferir nas comunicações com o advogado constituiu uma negação do direito a advogado estabelecido no Artigo 48 da Constituição.

Invasão sem Mandato do Gabinete do Advogado de Defesa

Os gabinetes dos advogados de defesa foram alvo de buscas, tendo sido apreendidos materiais confidenciais. Algumas destas buscas foram levadas a cabo de forma obviamente destinada a

²⁴ Artigo 14(3)(b).

²⁵ *S. v. Switzerland*, Eur. Ct. H.R., 28 de Novembro de 1991.

²⁶ Artigo 217(3).

intimidar. Por exemplo, os gabinetes do advogado de defesa Anton Drel foram ilegalmente revistados por funcionários armados dos Serviços de Segurança Federal. Foram apreendidos centenas de ficheiros e registos pessoais, foram confiscados o computador e telemóvel de Drel, que posteriormente foi convocado para depor como testemunha contra o seu cliente.

Negação do Direito de Conhecimento do Caso da Acusação

De acordo com a lei russa, a acusação do Estado tem que tornar públicas todas as provas que possam exonerar um réu de matérias criminais. Em várias situações de que o advogado de defesa tem conhecimento, relacionadas com as alegações de evasão fiscal empresarial e como pessoa singular e de roubo, o acusador do Estado teve acesso a provas absolutórias fornecidas por entidades governamentais, mas não as incluiu nas actas da investigação preliminar nem as forneceu ao advogado de defesa.

Negação do Direito de Convocar Testemunhas e do Direito de Examinar Testemunhas Especializadas

Em várias ocasiões, o tribunal recusou os pedidos da defesa para contra-interrogar as testemunhas especializadas da acusação. Desde as primeiras fases de preparação para o julgamento, Khodorkovsky pretendia pôr em causa as conclusões dos relatórios dos três especialistas que foram apresentados pela acusação para sustentar as acusações por fraude e apropriações indevidas relacionadas com a venda de fertilizantes Apatif, além da evasão fiscal como pessoa singular. A defesa fez três pedidos para que os autores dos relatórios fossem chamados para serem contra-interrogados. O tribunal recusou os três pedidos, argumentando não haver fundamentos para apoiar a moção enquanto o tribunal avaliava a opinião dos especialistas. Esta recusa de convocar testemunhas violou os direitos de Khodorkovsky à luz da lei processual russa, mas também à luz do artigo 6(3) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que estabelece que um réu num caso criminal tem direito à «presença e interrogatório de testemunhas a seu favor nas mesmas condições que testemunhas contra si». O acusador estatal ameaçou pelo menos duas das principais testemunhas, Lyubov Myasnikova e Marat Rakhmankulov, que testemunharam sobre pagamentos de impostos e buscas ilegais efectuadas nas casas dos associados de Khodorkovsky. O tribunal indeferiu as objecções levantadas pela defesa a estas ameaças e recusou-se a admoestar a acusação. Em várias situações, o tribunal permitiu que a acusação apresentasse provas que davam a entender que diversas potenciais testemunhas se encontravam sob investigação criminal. Esta tática

foi concebida para desacreditar essas potenciais testemunhas, além de impor sobre elas pressão coerciva, criando receios pela sua segurança pessoal.

Investigações Ilegais Decorrentes durante o Julgamento

Segundo o Código de Processo Criminal da Federação Russa, o direito da acusação a conduzir uma investigação e recolher provas é limitado à fase preliminar da investigação de um processo criminal. A Procuradoria ignorou esta regra e interrogou testemunhas imediatamente antes da sua presença no julgamento, sob a desculpa de investigações criminais distintas. Por exemplo, poucos dias antes de Oleg Khvostikov testemunhar no julgamento a acusação interrogou-o cinco vezes sobre as mesmas questões que já tinham sido levantadas durante as audições no tribunal. O tribunal ignorou as objecções da defesa e permitiu que a acusação influenciasse assim o depoimento da testemunha. Entretanto, o tribunal objectou e sancionou o advogado de defesa sempre que este punha em causa os argumentos da acusação nos contra-interrogatórios, por considerar que as questões da defesa exerciam influência indevida sobre o depoimento das testemunhas.

Negação do Direito de Excluir Declarações Exteriores ao Tribunal

O tribunal autorizou o uso de declarações obtidas fora do tribunal e acabou por se basear nelas para o seu veredicto, apesar das objecções levantadas pela defesa. Esta prática privou a defesa dos meios de confrontar as testemunhas sobre temas que não tivessem tratado no depoimento em tribunal. Duas dessas declarações, citadas no veredicto, eram de Vostrikov e Klassen. Anos antes, estas testemunhas tinham sido interrogadas no gabinete do investigador. Durante o julgamento, ambas as testemunhas salientaram não haver contradições significativas entre os seus relatos no tribunal e fora dele. Apesar da ausência de discrepâncias materiais entre os depoimentos obtidos dentro e fora do tribunal, o tribunal admitiu os depoimentos obtidos fora do tribunal, apesar das objecções da defesa, argumentando que nem Khodorkovsky nem o seu advogado de defesa tinham podido participar nos interrogatórios durante as investigações pré-julgamento, não tendo tido assim oportunidade de contestar a forma como estes foram conduzidos. Além do juízo prematuro criado pela admissão de declarações feitas fora do tribunal, o tribunal permitiu ainda à acusação completar os depoimentos das suas testemunhas quando esses depoimentos não tivessem decorrido como a acusação desejava. O tribunal também ignorou as queixas das testemunhas, segundo as quais a acusação as tentou desgastar durante os interrogatórios pré-julgamento. Os interrogatórios duraram entre quatro e seis horas de cada vez. No final, as testemunhas foram instadas a

assinar longas declarações previamente preparadas pela acusação. As testemunhas queixaram-se de que estavam relutantes a assinar porque algumas das declarações eram inexactas. No entanto, perante a intensa pressão dos interrogadores, muitas testemunhas assinaram as declarações preparadas pela acusação. Nos casos em que os interrogatórios são gravados e transcritos pela acusação, a lei exige que as gravações sejam entregues ao advogado de defesa. No entanto, a acusação não entregou as gravações. O tribunal ignorou as objecções que a defesa fez por estes depoimentos transcritos terem sido incluídos pela acusação, e isto apesar de algumas páginas dos relatórios estarem assinadas apenas pelo investigador e não pelas testemunhas.

Negação do Direito de ser Ouvido e do Direito a Período Razoável para Preparar e Apresentar a Defesa

A velocidade foi um factor importante neste caso. A celeridade excessiva com que foram conduzidos os processos judiciais privou Mikhail Khodorkovsky e a Yukos do direito de serem devidamente ouvidos e, sobretudo, de prepararem a sua defesa. A celeridade indevida teve também como efeito exercer uma pressão fiscal máxima sobre a Yukos, facilitando a venda pronta da principal subsidiária de produção da empresa, a Yuganskneftegaz. Dado o curto período em que foram tomadas decisões sobre transacções altamente complicadas, foi impossível ao tribunal examinar todos os materiais relevantes, como é exigido por lei. O tempo limitado disponível foi também distribuído desigualmente pelas partes. Por exemplo, nas audiências do tribunal de primeira instância, o Ministério dos Impostos teve três dias para apresentar o seu caso, enquanto à Yukos foram concedidas apenas três horas.

Tratamento Degradante

Mikhail Khodorkovsky teve um tratamento degradante desde que começou a sua provação diante da justiça russa. Quanto se encontrava na sala do tribunal, no décimo primeiro mês do julgamento, teve que permanecer sentado num banco de madeira ao longo de várias horas, dentro de uma jaula de metal. Foi obrigado a comunicar com os seus advogados por detrás das grades. Saía da jaula algemado aos guardas. Nos dias de sessão no tribunal, só tinha direito a comida seca e não podia praticar exercício físico nem apanhar ar livre. Mikhail Khodorkovsky foi acusado de crimes económicos e não havia preocupações de segurança que pudessem justificar tais medidas. Algumas das medidas poderiam ser justificadas tratando-se de uma pessoa violenta ou perigosa, ou quando houvesse risco de fuga devidamente fundamentado; tais preocupações, no entanto, eram completamente injustificadas no caso de

Khodorkovsky. De facto, o tratamento dado a Khodorkovsky violou o Artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais, que afirma que «ninguém pode ser submetido a tortura, ou tratamento ou pena degradantes».

Pena Desproporcionada

Pelos seus alegados delitos, Mikhail Khodorkovsky foi sujeito a uma detenção de dois anos antes do julgamento e a uma sentença de oito anos, ao encarceramento numa prisão remota numa área altamente contaminada por resíduos radioactivos, à perda dos seus bens e ao comprometimento da sua reputação. A condenação de Khodorkovsky baseou-se em provas de natureza duvidosa, na melhor das hipóteses, e muitas vezes inexistentes. Mesmo a mais generosa das interpretações das provas apresentadas pela acusação sustentaria apenas acções civis, que não passariam num tribunal imparcial. Questões como as aqui em causa foram anteriormente, em diversas ocasiões, litigadas e resolvidas com contentamento das partes envolvidas, inclusive do Estado russo.

Na sequência da condenação, Mikhail Khodorkovsky foi transferido do local de detenção pré-julgamento em Moscovo, pelas autoridades russas. Durante duas semanas, o seu paradeiro foi desconhecido pela família e advogado de defesa. Reapareceu em Krasnokamensk, num dos campos prisionais siberianos mais remotos de toda a Rússia, ao arpejo da lei russa, que prescreve que todos os prisioneiros sejam detidos ou perto do seu local de residência ou do local onde foram condenados. Khodorkovsky residia em Moscovo, o julgamento decorreu em Moscovo e a lei russa exigia que, sendo encarcerado, cumprisse a pena em Moscovo ou na sua proximidade.²⁷ Em vez disso, Khodorkovsky enfrenta a possibilidade de cumprir a pena de oito anos numa prisão perto de uma mina de urânio com níveis de radioactividade na área que são, segundo alguns relatórios, trinta vezes superiores aos valores máximos de segurança. É inegável que a pena imposta a Khodorkovsky é grosseiramente desproporcionada face aos crimes de natureza puramente económica de que foi acusado. Em Julho de 2006, a chanceler alemã Angela Merkel afirmou que o seu «governo tem por repetidas vezes chamado a atenção das autoridades russas para as inaceitáveis condições de detenção de Mikhail Khodorkovsky», e manifestou a esperança de que a Rússia respeitasse os padrões legais internacionais no tratamento de Khodorkovsky. Outros líderes políticos antigos e actuais, como o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, o antigo presidente checo, Vaclav Havel, a antiga presidente da Irlanda, Mary Robinson, e o antigo presidente polaco, Lech Walesa, manifestaram as suas preocupações pelo caso de Mikhail Khodorkovsky.

²⁷ Ver Artigo 73 do Código Penal Criminal russo.

O Depoimento de Gladyshev

Vladimir Gladyshev, advogado de referência e autoridade em direito fiscal e empresarial russo, serviu de testemunha especializada no caso de extradição perante o Tribunal da Magistratura de Bow Street. Gladyshev foi uma das poucas pessoas que teve acesso à colecção de documentos dos processos fiscais da Yukos antes do Tribunal *Arbitrazh* de Moscovo e afirma: «Fiquei perplexo com o que vi».²⁸

Merecem atenção as seguintes declarações de Vladimir Gladyshev:

O caso fiscal da Yukos não é uma avaliação fiscal genuína com alguns arredondamentos e posterior aplicação da lei feita de forma brutal. É uma iniciativa politicamente motivada para destruir a empresa e expropriar os seus principais activos de produção, recorrendo ao processo fiscal como disfarce. O caso desenrolou-se em 2004, e no fim do ano a empresa estava incapacitada, a sua principal unidade produtiva (...) expropriada e as falsas dívidas fiscais acumulavam-se.

(...)

O caso fiscal da Yukos é a história de antigos funcionários do KGB em posições de poder que perseguem os seus objectivos políticos através do uso ilegítimo do aparelho de Estado russo e vão enriquecendo nesse processo. O caso fiscal da Yukos é também a história de como a obsessão de Vladimir Putin por Mikhail Khodorkovsky provocou profundos danos provavelmente irreparáveis no Estado que ele próprio declarou pretender preservar.»²⁹ O caso fiscal, que compreendia mais de cinquenta casos separados indiciados em todo o país, «foi uma operação gigantesca e minuciosamente organizada, coordenada a partir do centro político, com o envolvimento de uma proporção razoável do aparelho do Estado. Inspectores dos impostos e juízes desempenharam papéis que lhes foram atribuídos numa manipulação do sistema judicial russo».³⁰ Gladyshev sustenta, além disto, que o objectivo desta operação foi destruir a empresa e expropriar os seus consideráveis activos, sendo tudo feito por trás de uma fachada de legalidade.

Gladyshev nota que não há registo público do caso Yukos que esteja completo. Nenhuma das actas ou decisões do julgamento foram tornadas públicas, e algumas das decisões nunca

²⁸ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p.1.

²⁹ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p. 2-3.

³⁰ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p.5.

foram comunicadas sequer à parte condenada. Da venda da Yuganskneftegaz, por exemplo, não é claro se a oferta vencedora chegou a ser paga ou quem é que de facto a terá financiado; «o leilão foi só areia para os olhos».³¹

Meses antes da prisão de Mikhail Khodorkovsky, o Tribunal Constitucional emitiu uma interpretação vinculativa do Artigo 199 do Código de Processo Criminal que declara: «É inadmissível estabelecer responsabilidade [criminal] por acções de um contribuinte que, resultando no não pagamento de um imposto, ou na redução das suas dívidas fiscais, consistam no uso dos direitos do contribuinte estabelecidos nos termos da lei, relacionados com uma possibilidade legal de não pagar um imposto ou de escolher as formas de actividade empresarial que sejam mais lucrativas para si, bem como os correspondentes modos de pagamento».³² Comenta Gladyshev: «Em todo o caso Yukos, e no caso criminal relativo a Khodorkovsky e Lebedev, os acusadores do Kremlin nem se deram ao trabalho de provar quaisquer formas ilegais de medidas de planificação fiscal usadas pela Yukos. Limitaram-se a comparar os arranjos feitos dentro da lei com maquinações inventadas que se traduziriam no valor de impostos mais alto – e cobraram a diferença».³³ A interpretação do Tribunal Constitucional foi assim posta de parte. Como descrevem Peter Baker e Susan Glasser no seu livro «Kremlin Rising»:³⁴

No caso da YUKOS, as autoridades reabriram as declarações de impostos da empresa dos últimos anos, que já tinham sido auditadas, reinterpretando depois uma secção central da lei russa para estabelecer que os abrigos fiscais amplamente usados pelas empresas russas já não eram legítimos – mesmo que a própria Câmara de auditoria do Estado tenha decretado poucos meses que esses abrigos eram legais. Baseando-se nesta nova interpretação, as autoridades cobraram à YUKOS 3,4 mil milhões de dólares por impostos atrasados, multas e juros relativos ao ano de 2000, e fizeram depois o mesmo relativamente às declarações de 2001, 2002 e 2003.

Gladyshev garante que neste caso não se trata de uma interpretação retroactiva das leis, antes sucedendo que o «governo nem teve que reinterpretar nada – limitou-se a declarar a Yukos culpada, sem se incomodar sequer com fazer referência a qualquer lei para justificar a revindicação de expropriação».³⁵

³¹ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p. 5-6.

³² Decreto Nº. 9-P de 27 Maio de 2003.

³³ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p. 8

³⁴ P. Baker e S. Glasser, «Kremlin Rising», Nova Iorque: Scribner (2005), p. 344.

³⁵ Vladimir Gladyshev, «Caged Justice», p.17-18.

3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LEI NO CASO KHODORKOVSKY

John Pappalardo, membro da equipa internacional de defesa de Mikhail Khodorkovsky, trouxe ao caso experiência e novas perspectivas, por ser alguém que tinha trabalhado como acusador público durante 20 anos, nos Estados Unidos. Numa conferência de imprensa realizada antes do veredicto de Khodorkovsky, fez as seguintes declarações, a propósito das acusações criminais que assentavam na tese de que Khodorkovsky e o co-acusado Platon Lebedev tinham reunido um «grupo organizado»:³⁶

[Q]uando se diz uma mentira suficientemente grande e se repete essa mentira, espera-se que acabe por haver alguém que acredite. Foi isto que a Procuradoria fez neste caso com a tese do grupo organizado.

Um grupo organizado define-se como (...) grupo estável de pessoas que combinam de antemão cometer um ou vários crimes. O que é que é a grande mentira aqui?

A grande mentira é que isto é um esforço calculado e consciente para apresentar dois dos mais destacados reformadores da economia e dos negócios da Rússia como meros criminosos nefastos. E, naturalmente, sem qualquer sustentação. O julgamento que agora acabou resultou de nove meses de provas, nove meses de documentos, nove meses de discussão e, na conclusão do julgamento, não existem provas absolutamente nenhuma que sustentem a acusação de que Lebedev ou Khodorkovsky tenham organizado um grupo criminoso, muito menos de que a Menatep fosse um grupo criminoso. Não há um fiapo, uma centelha, a mais pequena prova relacionada com a essência de um grupo organizado, que é haver intenção criminosa, deliberada, ter conhecimento. Nos nove meses de julgamento não houve absolutamente nada disto.

O que ficou claro e demonstrado pelas próprias provas do governo é que tanto Lebedev como Khodorkovsky, bem como o Grupo Menatep, se associaram com o objectivo legal de se envolverem em actividades comerciais legítimas tal como demonstram as próprias provas do governo. O que isto tem de irónico é que a Procuradoria acusa líderes empresariais que adoptaram a abertura e práticas empresariais transparentes e tentam apresentá-los como criminosos organizados. Toda a sua vida na Menatep foi marcada pela transparência tal

³⁶ Ver também Sanford M. Saunders, Jr., A. John Pappalardo e Maria P. Logan, «Analysis of the Criminal Charges against and the Trial of Mikhail B. Khodorkovsky and Platon Lebedev», 29 de Maio de 2005.

como é definida no Ocidente. Contrataram empresas de contabilidade, [p]ublicaram os seus documentos financeiros na Internet... De que caso de fraude se lembram em que o indivíduo envolvido não tentou esconder alguma coisa? Este caso não foi marcado pela tentativa de esconder, antes pela abertura, pela transparência. Não há caso nenhum de fraude. Não há grupo organizado.

Porque estão eles a fazer isto? Bem, por duas razões. Primeiro, e sobretudo, para manipular o código criminal deste país e, segundo, para tentar criar um sentimento entre a opinião pública e pôr a corrente contra Lebedev e Khodorkovsky, mais uma vez por motivos políticos e económicos. Especificamente, classificando-os como grupo organizado, a Procuradoria pode impor um estatuto de limitações mais prolongado. Neste caso, se for alegada e confirmada a existência de um grupo organizado, será possível recuar dez anos, em vez dos dois ou seis anos habituais. Também há a possibilidade de penas muito maiores. Para o organizador, a pena pode chegar aos dez anos.

Os pressupostos da acusação neste caso, ditados pela política e assentes em alegações criminais falsas, selaram o destino de Khodorkovsky antes do julgamento começar. Mesmo com todas as vantagens injustas de que gozava, a acusação não conseguiu deixar de se revelar lamentavelmente incapaz de compreender os conceitos fundamentais da lei e dos negócios. O que a acusação provou foi a sua capacidade de intimidar testemunhas e advogados, e a sua capacidade de montar um julgamento-espectáculo.

Uma destacada decisão contra a Rússia tomada em 2004 pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem torna ainda mais patente a tendência que emergiu da manipulação da lei pelo Estado. No caso *Gusinskiy vs. Rússia*,³⁷ o Tribunal estabeleceu que a Gazprom tinha pressionado Gusinskiy, quando este estava na prisão, para assinar um acordo comercial aprovado por um ministro de estado e posteriormente implementado por um funcionário de investigações estatal que deixou cair as acusações criminais – dando claramente a entender que a acusação a Gusinskiy foi um instrumento político para o intimidar.³⁸ O tribunal

³⁷ *Gusinskiy v. Russia*, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, 19 de Maio de 2004 (Appl. No. 70276/01).

³⁸ O «Acordo de Julho» de 2000 incluía uma cláusula para a cessação da acusação criminal. A cláusula diz o seguinte: «As Partes entendem que a implementação bem sucedida do Acordo só será possível quando os indivíduos e as entidades legais adquirirem e exercerem os seus direitos civis por sua livre vontade e de acordo com os seus interesses, sem a isso serem compelidos por qualquer outra parte para agir de forma determinada. Na presente situação, isto implica que se verifiquem certas condições interligadas, a saber:

sustentou que «não é objectivo de matérias da lei pública como os procedimentos criminais e a prisão preventiva serem usadas como parte das estratégias de negociação comercial [do Estado]». ³⁹

Não-presunção de Regularidade

De acordo com uma velha máxima legal conhecida como presunção de regularidade, «pressupõe-se que todos os actos foram executados correcta e regularmente». Este pressuposto aplica-se geralmente quando uma questão está a ser examinada retrospectivamente, muitas vezes perante dificuldades de prova. A essência do pressuposto, que pode ser aplicado quer a actos dos funcionários do Estado como de privados, é que as pessoas em questão agiram honestamente, cumprindo prontamente os seus deveres, fossem estes impostos pela lei ou pela moral. No entanto, também é regra estabelecida que o pressuposto de regularidade só se aplica na ausência de provas em contrário substanciais. O pressuposto da regularidade é pois um pressuposto refutável.

Uma avaliação do caso Khodorkovsky, e dos acontecimentos que se lhe seguiram, demonstra de forma incontestável que nenhum pressuposto de regularidade pode funcionar a favor do regime russo.

- fim da acusação criminal contra Vladimir Aleksandrovich Gusinskiy em relação ao caso criminal aberto contra si em 13 de Junho de 2000, a sua reclassificação como testemunha no referido caso e a suspensão da medida de precaução que o proíbe de sair [do país]. Caso esta condição não seja cumprida, as Partes são libertadas do cumprimento das obrigações que se seguem;

- conceder a Vladimir Aleksandrovich Gusinskiy e outros accionistas e executivos das [subsidiárias da Media Most] garantias relativas à sua segurança e protecção dos seus direitos e liberdades, incluindo o direito de viajar em liberdade, escolher o seu local de residência, deixar a Federação Russa à sua vontade e a ela regressar sem qualquer obstáculo;

- renúncia a quaisquer medidas, incluindo declarações públicas ou disseminação de informação pelas Organizações, e os seus accionistas e executivos, que danificariam os fundamentos do regime constitucional e violariam a integridade da Federação Russa, poriam em causa a segurança do Estado, incitariam à discórdia social, racial, nacional e religiosa ou levariam ao descrédito das instituições de Estado da Federação Russa.» *Gusinskiy v. Russia*, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, 19 de Maio de 2004 (Appl. No. 70276/01).

³⁹ *Gusinskiy v. Russia*, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, 19 de Maio de 2004 (Appl. No. 70276/01).

4. MAUS-TRATOS A QUE KHODORKOVSKY FOI SUBMETIDO NA PRISÃO

Mikhail Khodorkovsky viu serem-lhe repetidamente negados direitos que teria na qualidade de prisioneiro, à luz da lei russa e internacional. Emergiu um padrão de constante detecção de erros pelas autoridades prisionais, de forma a repreender Khodorkovsky as vezes que fosse possível, assim justificando mais restrições dos seus direitos e pondo em causa a probabilidade de uma libertação antecipada. Tendo tantas repreensões no seu registo, não lhe será concedida liberdade condicional em 2007, quando tiver cumprido metade da sua sentença.

O que se segue é um resumo dos tratos de que Mikhail Khodorkovsky foi alvo desde o seu encarceramento em Krasnokamensk em Outubro de 2005. O tratamento de Khodorkovsky representa mais uma prova do abuso de poder na aplicação das regras por parte das autoridades russas.

Obstrução dos Advogados – Novembro de 2005

Os administradores prisionais impuseram procedimentos que limitam os direitos do advogado e do cliente, impedindo a preparação de um apelo ao tribunal.

Os membros de uma equipa de advogados com quatro elementos foram autorizados a ver Mikhail Khodorkovsky, rigorosamente um de cada vez, apesar do facto de não haver qualquer lei que proíba visitas ao cliente por toda a equipa de advogados. À luz das restrições temporais impostas ao acesso dos seus advogados, Khodorkovsky não pôde beneficiar da eficácia de uma discussão em grupo.

A visita de um dos advogados foi abruptamente terminada sem que fosse dada qualquer justificação. Devido a este e outros impedimentos práticos impostos durante a sua estadia de três dias em Krasnokamensk, os advogados passaram com Khodorkovsky um total de cinco horas, em vez das doze permitidas por lei.

Os funcionários prisionais tentaram repetidas vezes examinar os materiais confidenciais da equipa de defesa, incluindo os registos dos advogados sobre o caso do seu cliente. Papéis e documentos pessoais de um dos advogados foram apreendidos quando saiu das instalações da

prisão. Os advogados foram submetidos a revistas corporais, incluindo revistas da roupa interior, sem presença de testemunhas.

Os funcionários prisionais esmiuçaram as notas privadas dos advogados escritas durante as conversas com Khodorkovsky. Segundo a administração da prisão, os funcionários tinham o direito de ver as notas «para o efeito de prevenir ataques terroristas». Na sequência do minucioso exame e das tentativas de descodificar as notas feitas por um dos advogados, um administrador da prisão pediu que os advogados declarassem por escrito comprometer-se a «falar e escrever apenas em russo» com o cliente.

Aos advogados foi dito que o incumprimento de qualquer das exigências da administração da prisão resultaria no fim das comunicações com o cliente por razões «objectivas». No fim de Novembro de 2005, dois advogados que chegaram à prisão vindos de Moscovo para discutir os preparativos para o apelo de Mikhail Khodorkovsky ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, viram o acesso ao seu cliente obstruído sem motivos legalmente justificáveis.

Apesar do seu direito legal a efectuar chamadas telefónicas, Mikhail Khodorkovsky não tem acesso a um telefone, e por isso as comunicações com a família e advogados só podem ser feitas pessoalmente.

Primeira repreensão – Dezembro de 2005

Quando trabalhava numa oficina no campo prisional, Mikhail Khodorkovsky saiu do seu posto à procura do responsável pelo equipamento para o informar da falha de uma máquina. Imediatamente depois, foi repreendido por «saída não autorizada do posto de trabalho».

Segundo o advogado russo de Khodorkovsky, Yuri Schmidt, a repreensão foi completamente absurda. Khodorkovsky seguiu à risca as instruções que estavam na sua mesa de trabalho. Além disso, não «abandonou» o seu posto de trabalho, porque toda a oficina é considerada posto de trabalho e Khodorkovsky não saiu das instalações.

Cancelamento da Visita de Familiares – Janeiro de 2006

As autoridades prisionais cancelaram uma visita da mulher de Khodorkovsky argumentando que a área dos visitantes estava a ser renovada.

Obstrução dos Advogados – Janeiro de 2006

Mikhail Khodorkovsky viu ser-lhe negada a possibilidade de tocar em documentos durante as suas reuniões com o advogado. As comunicações entre eles têm que ser feitas por detrás de vidros e barras. Os advogados têm que colocar as folhas de papel numa janela de vidro para que Khodorkovsky as leia. As luzes do lado de Khodorkovsky da janela de vidro estão apagadas, dificultando ou impossibilitando-o de ler o texto dos documentos.

Segunda Repreensão – Janeiro de 2006

Mikhail Khodorkovsky foi transferido para a solitária durante cinco dias por estar na posse de materiais impressos não autorizados – neste caso, uma edição dos regulamentos da prisão. Os funcionários prisionais apreenderam a Khodorkovsky dois decretos emitidos pelo Ministro da Justiça da Federação Russa e regulamentos internos aprovados com os decretos relativos a direitos dos condenados nas colónias penais. Khodorkovsky recebera os documentos apreendidos por correio e estes foram-lhe entregues pessoalmente, contra a sua assinatura, por um funcionário da prisão responsável pela entrega do correio.

O direito dos condenados à informação sobre os seus direitos está explicitamente contemplado na lei russa.⁴⁰

Terceira Repreensão – Março de 2006

Mikhail Khodorkovsky foi transferido para detenção solitária uma segunda vez, durante sete dias, por «comer fora das instalações definidas». Mais especificamente, Khodorkovsky foi punido por beber chá fora de um local autorizado.

Um porta-voz de Khodorkovsky explicou que como os encontros com os advogados só eram permitidos após um turno de oito horas na unidade de produção, Khodorkovsky tinha que abdicar do jantar se quisesse reunir-se com os advogados, e foi por este motivo que bebeu o chá em questão.

⁴⁰ Isto foi confirmado por um tribunal de apelação local que estabeleceu que a transferência de Khodorkovsky para a detenção solitária tinha sido ilegal, pois ele tinha de facto o direito de possuir os regulamentos prisionais.

Ataque à Faca – Abril 2006

Durante o sono, Mikhail Khodorkovsky foi golpeado na cara por um companheiro de cela que usou uma faca de sapateiro. O agressor estava na posse de uma faca e lâmina de barbear que violavam os regulamentos prisionais. Na sequência deste incidente, as autoridades da prisão puseram Khodorkovsky em detenção solitária, declarando que «para pôr fim a todas as especulações sobre o condenado Khodorkovsky, nomeadamente sobre o perigo que corre a sua vida, decidimos pô-lo em detenção solitária. Aqui estará seguro». Quando foi interrogado pela administração da prisão, o agressor afirmou: «Queria cortar-lhe o olho, mas escorregou-me a mão».

Quarta Repreensão – Junho de 2006

Mikhail Khodorkovsky foi transferido para a prisão solitária uma terceira vez, durante dez dias, por incumprimento dos regulamentos prisionais que proibiam os reclusos de «vender, comprar, oferecer, aceitar ou apreender produtos, objectos ou substâncias alimentares pessoais». Khodorkovsky foi transferido no dia seguinte ao fim da visita da sua mulher à colónia pena. Foi punido por não ter comunicado às autoridades prisionais um inventário com os dois limões que a mulher lhe dera durante a visita. O castigo contrariava o direito dos prisioneiros de, segundo a lei russa, usar e dispor de artigos pessoais, «como alimentos», à sua vontade.⁴¹

⁴¹ Em Janeiro de 2007, um tribunal local russo estabeleceu que não existiam fundamentos legais para aplicar a detenção solitária a Mikhail Khodorkovsky pelos limões não declarados. Esta foi a segunda vez que uma repreensão prisional a Khodorkovsky foi anulada.

5. MOTIVOS POR TRÁS DA CAMPANHA CONTRA KHODORKOVSKY E A YUKOS

A campanha do Kremlin contra Mikhail Khodorkovsky teve dois motivos principais: eliminar Khodorkovsky como adversário político e eliminar a Yukos enquanto concorrente das empresas estatais do sector energético. Para cumprir estes objectivos, o Kremlin entendeu que Mikhail Khodorkovsky e a Yukos estavam inevitavelmente interligados.

O que muitos não compreendem é que um ataque como estes foi um pré-requisito para o desejo estratégico global do Kremlin de fortalecer a Gazprom e a Rosneft num sentido monopolista e anti-competitivo. Estas empresas estatais foram depois exploradas como instrumentos do imperialismo energético russo. É difícil imaginar o comportamento do Kremlin nos últimos três anos, em que tem esgrimido a energia como arma, se a Yukos não tivesse sido destruída e se as empresas estatais russas enfrentassem concorrência no mercado.

ELIMINAÇÃO DE KHODORKOVSKY COMO ADVERSÁRIO POLÍTICO

É óbvio que Mikhail Khodorkovsky era visto como inimigo da actual liderança política por três motivos principais.

Primeiro, desde finais dos anos 90, Khodorkovsky tomara algumas medidas para aproximar a Yukos da comunidade empresária ocidental. Entre estas medidas contavam-se a introdução da transparência empresarial, a adopção de padrões ocidentais de contabilidade, a contratação de gestores ocidentais, a criação de uma administração independente com uma sub-comissão de governação empresarial, o crescimento da empresa através de fusões e aquisições, e crescente investimento ocidental. Estas acções marcaram Khodorkovsky como líder destacado, que era pró-ocidental e desafiava os meios não-transparentes que orientam o governo e os negócios no sector energético russo.

Segundo, Mikhail Khodorkovsky investiu recursos e tempo em quantidades substanciais em iniciativas para promover a sociedade civil, a democracia, o primado da lei, a educação e o desenvolvimento económico na sociedade russa. Khodorkovsky lançou estas iniciativas em 2000 através da Yukos e em 2001 criou a entidade sem fins lucrativos, Fundação Rússia Aberta. A declaração de princípios da Rússia Aberta afirmava que a missão da Fundação era «ajudar a criar as condições... para que as pessoas prefiram trabalhar e ganhar a vida na Rússia, facilitando a emergência do país como uma das principais economias mundiais.

Estamos plenamente certos de que isto é possível, se o país continuar a seguir o caminho das reformas democráticas, a fortalecer a sociedade civil e a estimular o espírito empresarial». A Fundação lutou para ser não apenas um doador, mas também uma «incubadora» de iniciativas que contribuiriam para o progresso social e económico da Rússia. No primeiro ano de operações, a Rússia Aberta teve um orçamento anual de aproximadamente 15 milhões de dólares e funcionava com elevados padrões de transparência.

Foram atribuídos financiamentos para programas filantrópicos e programas de bolsas competitivos numa vasta gama de esferas educativa, cultural e social. Entre os programas mais comuns contavam-se a Federação para a Educação para a Internet, que implantou centros de formação por todo o país para ensinar professores a usar computadores e aceder à Internet; um programa em parceria com o Ministro da Cultura e das Comunicações de Massas e associações de bibliotecas profissionais para apoiar a modernização de bibliotecas rurais com computadores, acesso à Internet e formação; um programa da «Nova Civilização» orientado para a juventude, baseado nos valores e práticas da democracia, da sociedade civil e da economia de mercado; e financiamento para o «Booker Prize russo» da literatura. Além destes programas, a Rússia Aberta contava-se entre as raras organizações com financiamentos interno que fazia doações para organizações de direitos humanos. Para além da investigação na área dos direitos humanos e dos programas educativos, alguns dos beneficiários dos financiamentos da Fundação também desempenharam funções de monitorização activa.

Um dos grupos de direitos humanos financiado pela Rússia Aberta desenvolveu um programa para apoiar estudantes do ensino secundário envolvidos em investigação sobre os trágicos mas pouco conhecidos abusos dos direitos humanos durante o passado soviético. A Fundação também estabeleceu uma Escola Nacional de Políticas Públicas, em locais por todo o país. O objectivo da Escola era dar ensino nas áreas da democracia e formar pessoas com ambições políticas sobre os princípios subjacentes a um sistema democrático. A prisão de Mikhail Khodorkovsky ocorreu um dia antes de um provocador discurso que iria fazer, sobre «Poder, Negócios e Sociedade», na Escola Nacional de Políticas Públicas, em Irkutsk, na Sibéria.

Terceiro, Mikhail Khodorkovsky tinha vindo sistematicamente a desenvolver o seu envolvimento em questões de política e de políticas públicas. Tornara-se participante activo no processo político russo, aparecendo em público e exercendo lóbi. Khodorkovsky limitava-se a exercer os seus direitos civis, mas as suas actividades violavam o decreto não-escrito da administração segundo o qual os líderes empresariais deviam manter-se afastados da política. Em 2002 e 2003, Khodorkovsky chamou a atenção por defender a necessidade de acabar com a corrupção e criar uma sociedade civil mais robusta. Em Fevereiro de 2003, num encontro

transmitido pela televisão entre o Presidente Putin e a Associação Russa de Industriais e Empresários, Khodorkovsky declarou que corrupção se estava a disseminar pela Rússia e que a administração «deveria estar disposta a mostrar a sua prontidão em livrar-se de algumas figuras odiosas» do regime, para provar a sua prontidão e capacidade para combater a corrupção. Muita gente pensa que o destino de Mikhail Khodorkovsky foi selado nesse dia. Em Maio de 2003, Khodorkovsky anunciou que ia atribuir financiamento aos partidos da oposição Yabloko e União das Forças de Direita. Também honrou os pedidos de financiamento da Rússia Unida – o partido do Presidente Putin. Tanto o Yabloko como a União das Forças de Direita são partidos liberais que promovem a democracia e o primado da lei.

Não certamente por coincidência, nos meses antes da sua prisão foi lançada uma campanha de difamação contra Mikhail Khodorkovsky. Em Maio de 2003 a revista *Kompromat* dedicou toda uma edição de 100 páginas a artigos negativos sobre Khodorkovsky, os seus parceiros empresariais e a Yukos.⁴² O *think tank* moscovita Conselho de Estratégia Nacional publicou um relatório intitulado «A Rússia à beira de um Golpe Oligarca».⁴³ O relatório afirmava que oligarcas empresariais, após terem privatizado a economia da Rússia, planeavam privatizar a sua esfera política. O relatório alegava que os líderes do mundo dos negócios, supostamente liderados por Khodorkovsky, pretendiam «limitar os poderes do Presidente da Federação Russa e transformar a Rússia de república presidencial numa república presidencial-parlamentar». O relatório identificava Mikhail Khodorkovsky como principal proponente desta reforma.

Diz o relatório: «De acordo com os planos do principal protagonista dos círculos governativos, um novo governo da Federação Russa, que ficaria sob controlo do Parlamento, a quem teria que prestar contas, pode ser formado já em 2004. O principal candidato para o cargo de presidente desse governo a ser formado à luz da nova constituição é Mikhail Khodorkovsky». O relatório defendia que fossem tomadas algumas medidas para impedir o golpe oligarca: «Temos muito pouco tempo para alterar a natureza do desenvolvimento do país. Se não conseguirmos travar a oligarquia já, perderemos a oportunidade para uma

⁴² Esta edição da *Kompromat* praticamente não teve anúncios, o que dá a entender ter sido paga por um patrocinador externo abastado. Depois de ser publicada a revista, Mikhail Khodorkovsky indagou e teve conhecimento de que a gigante petrolífera estatal Rosneft tinha pago a publicação.

⁴³ O Conselho de Estratégia Nacional é uma organização independente estabelecida em 2002, constituída por cientistas políticos russos de nomeada. Este relatório foi escrito apenas por dois dos seus membros e publicado em nome de toda a organização. O relatório não foi nem revisto nem mostrado a todos os membros do Conselho antes de vir a lume. Vários membros do Conselho manifestaram publicamente o seu desagrado com o relatório depois da sua publicação. Um destacado membro do Conselho apelou à expulsão dos autores do relatório.

modernização eficaz do país na base do seu considerável potencial natural, industrial e intelectual... A missão que a nação enfrenta é retirar aos oligarcas a influência injustificada sobre o desenvolvimento do país, do seus extraordinários lucros e da sua capacidade para influenciar de forma pouco clara as autoridades do governo a todos os níveis, assim como os partidos políticos, os intelectuais e as comissões de especialistas».

Referindo-se em tons ameaçadores a Mikhail Khodorkovsky pouco depois da publicação do relatório, numa conferência de imprensa, o Presidente Putin declarou que a Rússia não permitiria que empresários individuais influenciassem a vida política do país em função dos seus interesses empresariais. Afirmou que aqueles que discordassem deste princípio deveriam ter em mente que já outros tinham tentado e falhado: «Outros desapareceram para sempre, outros foram para muito longe».⁴⁴

⁴⁴ Citado em S. Glasser e P. Baker, «In Russia, 2 visions, 1 battle of wills», *The Washington Post*, 5 de Novembro de 2003. A declaração do Presidente Putin, respondendo a uma pergunta sobre o relatório do Conselho de Estratégia Nacional, foi uma referência a Vladimir Gusinsky e Boris Berezovsky, que tinham sido sujeitos a exílio forçado.

ELIMINAÇÃO DA YUKOS E AQUISIÇÃO DOS SEUS ACTIVOS

A Yukos é vista como concorrente económica do Estado russo desde 2000. Apesar das privatizações do sector petrolífero nos anos 90, o Estado russo manteve importantes interesses enquanto proprietário. Três empresas detidas ou controladas pelo Estado em particular – a Rosneft, a Transneft e a Gazprom – tinham interesses que estavam em competição directa com os da Yukos.

A Rosneft é a maior empresa petrolífera da Rússia totalmente detida pelo Estado. A sua administração é constituída quase integralmente pelos ministros e funcionários mais importantes do governo.⁴⁵ As relações entre a Yukos e a Rosneft deterioraram-se significativamente em 2002 e 2003, quando as duas empresas se envolveram em várias disputas. Os funcionários da Rosneft ficaram especialmente incomodados por a Yukos ter conseguido passar para o seu controlo o lucrativo campo petrolífero de Vankorskoye, que se estima conter 125 milhões de toneladas de reservas de petróleo e 76 mil milhões metros cúbicos de reservas de gás.

A Transneft é uma empresa de *pipelines* integralmente detida pelo Estado, responsável pela distribuição de 93% do petróleo produzido na Rússia. Ao contrário da maior parte das petrolíferas da Rússia, a rede de *pipelines* do país não foi privatizada nos anos 90, permitindo ao Estado manter o controlo sobre a distribuição de petróleo, através de quotas e outros mecanismos para cobrar impostos e taxas sobre a produção, transporte e exportação de petróleo. A Transneft opôs-se a uma proposta da Lukoil-Yukos no sentido de construir um novo *pipeline* para o porto setentrional de Murmansk, único porto russo navegável em todas as estações que permitiria exportações significativa de petróleo para os Estados Unidos.

⁴⁵ Há vários os funcionários de topo destacados simultaneamente para as empresas energéticas detidas pelo Estado e para entidades do governo ou executivas, com impacto evidente nas políticas de Estado. Este impacto viola as Linhas Orientadoras sobre Governança Empresarial e Empresas do Estado, da OCDE, que declara que o «enquadramento legal e regulador para as empresas do Estado deve garantir um campo equilibrado nos mercados em que haja competição entre empresas estatais e do sector privado de modo a evitar distorções do mercado... Deve haver uma separação clara entre a função de proprietário do Estado e as outras funções que podem influenciar as condições para as empresas do Estado, em particular no que respeitam à regulação do mercado». As Linhas Orientadoras declaram ainda que as empresas do Estado «não devem estar isentas da aplicação das leis e regulações gerais» e que os concorrentes «devem ter acesso a uma reparação eficiente e a regulações justas quando entenderem que os seus direitos foram violados». Além disso, as empresas do Estado «devem enfrentar condições competitivas no que respeita ao acesso ao financiamento» nas suas relações com os bancos detidos pelo Estado, instituições financeiras e outras empresas do Estado «com base em fundamentos puramente comerciais». As Linhas Orientadoras também declaram que «o governo não se deve envolver na gestão quotidiana» das empresas do Estado, e deve respeitar a independência das suas administrações.

A Gazprom é maior empresa produtora de gás do mundo, com uma quota de mercado global de aproximadamente 25%. Na Rússia, a Gazprom detém aproximadamente 60% das reservas russas de gás, produz aproximadamente 94% do gás russo e detém o sistema de *pipelines*.

Em 2006, a Gazprom foi avaliada em aproximadamente 210 mil milhões de dólares, o que a colocou em quarto lugar na lista das maiores empresas de petróleo e gás do mundo, quase a par da British Petroleum e da Royal Dutch Shell, que ocupam o segundo e terceiro lugares mas têm um potencial de crescimento muito mais reduzido. A maior empresa do sector energético do mundo é a ExxonMobil, avaliada em aproximadamente 375 mil milhões de dólares. A British Petroleum tem uma capitalização de 237 mil milhões de dólares, enquanto a Royal Dutch Shell vale 223 mil milhões de dólares.

O Estado é o maior accionista da Gazprom. Os lucros da Gazprom geram aproximadamente 20% do total dos proventos do orçamento de Estado da Rússia. A Gazprom encarava a Yukos como uma ameaça para o seu monopólio. Mikhail Khodorkovsky declarou publicamente que a Gazprom teria inevitavelmente que ser dividida e privatizada. Além das reservas de petróleo, a Yukos detinha reservas de gás e já produzia gás para alguns mercados, estando a adquirir novas reservas de gás a ritmo acelerado. Khodorkovsky afirmou que a Yukos poderia produzir gás a custos mais vantajosos que a Gazprom. A Yukos tinha explorado a ideia de construir um *pipeline* para o Oceano Ártico, onde o gás poderia ser liquefeito num terminal e exportado para a Europa – deixando completamente de lado os *pipelines* da Gazprom e colocando a Yukos em competição com a Gazprom na venda de gás para a Europa. Entretanto, o director da Gazprom, Alexei Miller, íntimo do Kremlin e uma das pessoas mais próximas do Presidente Putin, anunciou que a sua companhia planeava tornar-se uma das principais produtoras de petróleo, e procurava activamente uma oportunidade para consolidar a sua posição nessa área.

Além da competição directa, a Yukos desafiou as empresas do Estado com a sua transparência empresarial. No início de 2000, Mikhail Khodorkovsky lançou-se num ambicioso programa para transformar a cultura empresarial da empresa. A Yukos adoptou as práticas mais modernas de governação empresarial e de transparência entre todas as grandes empresas da Rússia, incluindo práticas de divulgação feitas ao estilo ocidental. A empresa contratou empresas de auditoria reconhecidas a nível internacional. Foram nomeados directores independentes para o Quadro de Direcção da empresa, sendo a maior parte deles ocidentais de elevado perfil e reputação. O número de directores em posições de gestão na empresa era apenas de três. Em Junho de 2000, o Quadro de Direcção da Yukos adoptou uma Carta de Governação Empresarial. Em Junho de 2002, a Yukos começou a divulgar nomes e

propriedades dos seus principais accionistas. Quando o programa de transparência empresarial estava integralmente implementado, Mikhail Khodorkovsky começou a defender que outras empresas russas deveriam adoptar reformas de transparência e de governação empresarial. Khodorkovsky desafiava uma ordem estabelecida altamente lucrativa para os que nela estavam envolvidos.

Além de eliminar a Yukos como concorrente das empresas energéticas do Estado, por detrás da acção do Estado contra a empresa havia outro motivo, com este relacionado: evitar a influência estrangeira no sector energético russo. Ao longo de vários anos, a Yukos conseguiu obter investimentos do Ocidente, emitindo certificados conhecidos como American Depositary Receipts na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 2003, a Yukos começou a discutir publicamente a possibilidade de um investimento estrangeiro mais significativo por parte de uma grande petrolífera ocidental. No momento da prisão de Khodorkovsky, a Yukos estava prestes a implementar uma fusão com a Sibneft, a quinta maior petrolífera da Rússia. Esta fusão teria criado uma líder nacional não detida pelo Estado, de dimensão comparável às maiores petrolíferas privadas do mundo – jogaria no mesmo campeonato da ExxonMobil, Royal Dutch Shell e da British Petroleum, e seria maior que a TotalFinaElf ou a ChevronTexaco. Ao mesmo tempo, era do conhecimento geral que a Yukos estava envolvida em negociações para fusão com grandes petrolíferas ocidentais, e que essa fusão ocorreria provavelmente assim que a fusão da Yukos com a Sibneft fosse concluída. Isto ameaçava trazer proprietários estrangeiros para o âmago da estratégica indústria petrolífera russa. Travar estes planos ajudaria o Estado a reconquistar pleno controlo sobre as indústrias do petróleo e do gás. Este controlo não só permitiria ao Estado, em vez da indústria privada, obter os benefícios financeiros da procura mundial de energia, como também permitiria ao Estado limitar ou oferecer abastecimentos de energia a outros países, aumentando assim o seu poder global através da diplomacia de combustíveis.

Por via dos procedimentos contra a Yukos, as autoridades fiscais e o executivo recusaram-se a considerar qualquer oferta para cumprir com as alegadas obrigações fiscais. A empresa sitiada fez mais de cinquenta propostas de pagamento, a maior parte delas na sequência de uma reunião-almoço no Kremlin, em Junho de 2005. Na reunião, o Presidente Putin garantiu ao antigo primeiro-ministro canadiano Jean Chrétien, que representava a Yukos e Mikhail Khodorkovsky, que seria possível um acordo relativamente à disputa de impostos criminal. No entanto, quando a Yukos fez estas ofertas, foram sucessivamente acrescentados milhares de milhões de dólares à conta das alegadas obrigações fiscais. As autoridades russas recusaram-se a apresentar os motivos por que não responderam às propostas de acordo.

Entre as várias ofertas de acordo feitas pela Yukos contavam-se propostas para vender os activos não-principais, para obter os fundos necessários para pagar as dívidas fiscais. No entanto, os activos não-principais em causa tinham sido congelados – de forma a garantir o pagamento das dívidas – e as autoridades recusaram-se a descongelá-los, mesmo que fosse simplesmente para permitir a sua venda e o cumprimento dos pagamentos.

De um ponto de vista legal, a ausência de resposta das autoridades às ofertas de acordo, ou o facto de não terem apresentado justificações para não o fazer, era irracional. Era também ilegal nos termos da lei russa, que para a liquidação de dívidas fiscais exige que se proceda primeiro à venda de activos não-principais, antes dos activos principais.⁴⁶ De um ponto de vista tático, porém, o facto de não responderem às ofertas fazia todo o sentido. As autoridades não tencionavam chegar a qualquer acordo. Pelo contrário, a orquestração de uma aquisição forçada dos activos principais da Yukos dependia de deixar a empresa à beira da falência e manter Khodorkovsky na cadeia.

A análise que apresentámos mostra como motivos estratégicos interdependentes levaram à prisão de Khodorkovsky e à confiscação dos activos principais da Yukos. Mikhail Khodorkovsky foi cada vez mais tratado como fonte de oposição política ao regime e o sucesso da Yukos era uma fonte de concorrência indesejada para as empresas do sector energético detidas pelo Estado. Em última instância, a eliminação de Khodorkovsky como adversário político e presidente da Yukos, e a confiscação da própria Yukos, foram obras de engenharia política, pouco tendo a ver com a lei.⁴⁷

⁴⁶ Lei do Processo Executivo da Federação Russa.

⁴⁷ Como declarou um destacado observador ocidental relativamente à prisão de Mikhail Khodorkovsky,: «O principal motivo de Putin foi aumentar o seu controlo político... enquanto alguns dos seus ajudantes queriam apropriar-se dos activos da Yukos». A. Åslund, «Putin's Decline and America's Response», Washington: Carnegie Endowment for International Peace, *Policy Brief* 41, Agosto de 2004, p.2.

6. A VENDA EM LEILÃO DA YUGANSKNEFTEGAZ

Em Dezembro de 2004, o Kremlin orquestrou a venda forçada da Yuganskneftegaz, a mais importante unidade de produção da Yukos, a uma empresa de fachada que controlava. O leilão da Yuganskneftegaz desrespeitou a Lei de Processo Executivo da Federação Russa, que declara explicitamente que para liquidação de dívidas fiscais devem ser vendidos os activos não-principais em primeiro lugar, antes dos activos principais. Dias depois, a empresa de fachada foi adquirida pela Rosneft, detida pelo Estado, até então um jogador insignificante na indústria petrolífera global. Em 2006, a Rosneft procedeu à emissão internacional de títulos, angariando aproximadamente um capital de dez mil milhões dólares, valor atribuível principalmente à aquisição da Yuganskneftegaz.

O zelo do ataque fiscal à Yukos ficou bem patente nas obrigações fiscais aplicadas ao ano de 2004, que atingiram uns absurdos 8 rublos de impostos por cada rublo de lucros. Juntando multas, penalidades e sobretaxa, a carga fiscal total referente a 2004 foi de 15,5 rublos por cada rublo de lucro. Em anos anteriores, as autoridades fiscais não tiveram qualquer conflito com a Yukos, que pagou os seus impostos integralmente e no prazo. De facto, a Yukos era a maior contribuinte privada da Rússia, e só a Gazprom pagava mais impostos ao Estado. Os absurdos pagamentos por incumprimento fiscal aplicados à Yukos são destituídos de racionalidade, a menos que esta seja entendida como soma de uma série de encargos incrementais concebidos para aumentar as pressões financeiras sobre a empresa até a levar ao ponto de ruptura. Sem sombra de dúvida, a campanha contra Khodorkovsky e a Yukos procurou não recuperar impostos devidos, mas antes destruir a empresa e expropriar os seus activos, começando com a venda em leilão da Yuganskneftegaz.

Numa tentativa de bloquear a venda em leilão, em Dezembro de 2004 a Yukos invocou uma falência tipo Capítulo 11, no Tribunal de Falências dos Estados Unidos no Distrito Sul do Texas. Embora os acontecimentos na Rússia tenham acabado por inviabilizar esta iniciativa, o tribunal texano começou por emitir uma providência cautelar impedindo a venda. Concluiu que «todas as provas vão ao encontro da ideia de que é substancialmente provável que a avaliação [fiscal da Yukos] e os métodos de liquidação dos impostos não foram aplicados de acordo com a lei russa».⁴⁸ O tribunal também concluiu que «as provas sustentam a tese da

⁴⁸ In re Yukos Oil Co. v. Russian Federation, et al., Case No. 04-47742-H3-11; ADV.No.04—3952 (S.D. Tex. Dec. 16, 2004).

probabilidade de que acções da YNG [Yuganskneftegaz] do Queixoso sejam vendidas por aproximadamente metade do valor estimado por dois bancos de investimento diferentes».⁴⁹

A legitimidade da interpretação que as autoridades fiscais russas fizeram das leis fiscais aplicadas ao caso Yukos também foi avaliada por um Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos. Neste caso, o juiz Pauley recusou a reivindicação feita contra a Yukos e os seus gestores pela incorrecta demonstração das obrigações fiscais da Yukos, apresentada como litisconsórcio por três accionistas da Yukos. Argumento essencial para recusar a queixa foi o facto de os queixosos não conseguirem apresentar factos suficientes para demonstrar que a Yukos et. al. violavam as leis fiscais russas, nem que sabiam ou deviam saber que a estratégia fiscal da empresa era ilegal. Fundamentando-se na Queixa Emendada, em que os queixosos citavam abundantemente as decisões do tribunal russo relativas aos casos fiscais da Yukos, o juiz Pauley concluiu que não havia factos suficientes para demonstrar que a «...estratégia fiscal [da Yukos] violou o artigo 40 do Código Fiscal da Federação Russa» ou «...para justificar uma inferência de erros conscientes ou descuido» por parte dos gestores da Yukos em obediência às regras regionais de benefícios fiscais.⁵⁰

No leilão de Dezembro de 2004, o Grupo Financeiro Baikal, que tinha um capital social de cerca de 300 dólares, arrebata a Yuganskneftegaz com uma licitação indisputada de 9,35 mil milhões de dólares. Extraindo um milhão de barris de crude por dia, a Yuganskneftegaz foi avaliada pela DrKW em qualquer coisa entre 14,7 a 17,3 mil milhões de dólares. Segundo uma avaliação feita pela JPMorgan, a Yuganskneftegaz poderia ter arrecadado 16 a 22 mil milhões de dólares. Sabe-se agora que o Grupo Financeiro Baikal era uma empresa de fachada que usou fundos controlados pelo Estado para comprar a Yuganskneftegaz. Como ficou demonstrado com o preço de venda da Yuganskneftegaz, os bens roubados não se vendem bem em leilões. Poucos dias depois do leilão, a petrolífera do Estado Rosneft anunciou que tinha comprado o Grupo Financeiro Baikal, adquirindo assim também a Yuganskneftegaz. Além dos objectivos políticos atrás referidos, que foram cumpridos através da acusação a Mikhail Khodorkovsky, estes desenvolvimentos também revelam outro importante objectivo: as autoridades russas conseguiram anular o poder económico que a Yukos tinha conquistado.

A licitação vencedora, do Grupo Financeiro Baikal, não teve concorrentes porque mais ninguém se atreveu a licitar ou sequer participar no leilão, temendo os pagamentos de

⁴⁹ In re Yukos Oil Co. v. Russian Federation, et al., Case No. 04-47742-H3-11; ADV.No.04—3952 (S.D. Tex. Dec. 16, 2004).

⁵⁰ In re Yukos Oil Co., 04 Civ. 5243 (WHP) (S.D.N.Y. October 25, 2006).

milhares de milhões de dólares que haveriam de resultar da inevitável sucessão de processos e ordens de tribunais estrangeiros em resultado da ilegalidade do procedimento. A Yuganskneftegaz foi ostensivamente leiloada para cobrir supostas obrigações fiscais da Yukos. No entanto, o seu valor foi tão deflacionado no leilão que a venda rendeu muito menos do que teria rendido em condições legítimas. A vantagem óbvia em deflacionar o preço da Yuganskneftegaz foi facilitar a sua aquisição pelo Grupo Financeiro Baikal, com fundos controlados pelo Estado. Nem sequer é claro que o Grupo Financeiro Baikal alguma vez tenha pago o valor da aquisição. O que já é claro, porém, é que nenhuns dos 10 mil milhões de dólares ganhos pela Rosneft na emissão dos seus títulos, em 2006, possibilitada pela aquisição da Yuganskneftegaz, reverteram para os cofres do Estado. Em desobediência à lei russa, os lucros da emissão da Rosneft ficaram com a empresa – gerando assim lucros incríveis para vários indivíduos que estavam por trás da emissão – em vez de contribuir para o orçamento de Estado.⁵¹

Até à data, não foi entregue à Yukos o montante que o Fundo de Propriedade Russo recebeu pelas acções da Yuganskneftegaz vendidas no leilão. Em Maio de 2005, o *Vedomosti* revelou que documentos no Banco Central Russo reflectem que na medida em que os fundos foram transferidos para criar a ilusão de pagamento ao preço do leilão, os fundos foram pagos a partir do Banco Central da Rússia, e não das contas da Rosneft. O governo russo não desmentiu este relatório sobre transferências falsas relacionadas com o leilão da subsidiária da Yukos.⁵²

Entretanto, a Rosneft desde logo deixou bem clara a sua intenção relativamente ao tratamento das obrigações indisputadas do seu activo recém-adquirido. Como relata o *Moscow Times* em Abril de 2005, a Rosneft, sem questionar a legitimidade das obrigações, informou vários bancos que emprestaram fundos assegurados pela Yuganskneftegaz de que não iria honrar a dívida. A Rosneft também avisou os bancos para não tomarem medidas legais para cobrar a dívida, «se quisessem continuar a trabalhar na Rússia e manter boas relações com o Kremlin».

⁵¹ A emissão de títulos também foi lucrativa para as instituições financeiras ocidentais envolvidas – destacando-se entre elas a ABN AMRO, a Dresdner Kleinwort, a JP Morgan e a Morgan Stanley. Estas instituições estavam prontamente dispostas a negociar com o que eram essencialmente activos roubados, optando por ignorar violações de direitos de propriedade, direitos constitucionais e direitos humanos. A entrada da Rosneft no mercado violou não só a lei russa, mas também normas internacionais de conduta comercial expressas no Contracto Global das Nações Unidas, nos Princípios das Nações Unidas para o Investimento Responsável e nas Linhas Orientadoras da OCDE para as Empresas Multinacionais. Os códigos voluntários de conduta ética das instituições envolvidas também foram traídos. Pela sua parte, os comportamentos da Rosneft violavam amplamente as Linhas Orientadoras da OCDE para a Governação Empresarial de Empresas do Estado.

⁵² Além disso, a lista de obrigações do recebedor nos actuais procedimentos de falência não reflecte o crédito de 9,35 mil milhões de dólares contra a reivindicação do Ministério dos Impostos.

Os bancos fizeram um acordo com a Rosneft, nos termos do qual esta pagaria a dívida da Yukos e em troca aqueles avançariam com um procedimento de falência involuntária. No cumprimento deste acordo, em Março de 2006 um consórcio de bancos internacionais liderado pela Société Générale – sob orientação da Rosneft – lançou em Moscovo um procedimento de falência involuntária contra a Yukos. A Rosneft pagou prontamente a estes bancos o total do montante devido pela Yukos e assumiu a posição de principal credor da Yukos, depois do Ministério dos Impostos russo. Com a Rosneft ao leme dos procedimentos de falência involuntária, a legítima gestão da Yukos foi imediatamente excluída do processo de falência.

O método do leilão da Yuganskneftegaz foi tão flagrantemente ilegal que Andrei Illarionov, principal conselheiro económico do Presidente Putin e um dos últimos defensores da economia de mercado para a Rússia, o classificou como «vigarice do ano», afirmando que a Rússia estava a ser governada por empresas do Estado que agem no seu próprio interesse. Illarionov demitiu-se do cargo no Kremlin em protesto, garantindo que a Rússia «deixara de ser politicamente livre».⁵³

Traição de Compromissos Oficiais Relacionados com as Intenções do Estado para com a Yukos

A expropriação efectiva da Yukos através do leilão da Yuganskneftegaz revelou a tremenda traição das declarações oficiais sobre as intenções do Estado.

Desde o início da campanha de aplicação da lei fiscal, as autoridades russas declararam sucessivas vezes que o seu objectivo era apenas a execução imparcial da lei russa, que o Estado não tinha intenção de destruir ou levar a Yukos   falência e que o Estado não planeava renacionalizar os activos e recursos da Yukos, estando disponível para uma resolução negociada das questões fiscais.

As seguintes declarações foram proferidas pelo Presidente Putin e vários funcionários do governo enquanto se desenrolava o ataque   Yukos:

⁵³ Illarionov demitiu-se logo depois do leilão da Yuganskneftegaz, em finais de Dezembro de 2004. Já tinha sido afastado do cargo de coordenador dos G8 na Rússia em Abril do mesmo ano, depois de ter criticado em público o injusto tratamento que o Estado deu   Yukos.

- Em 5 de Novembro de 2003, o Presidente Putin afirmou: «O Estado certamente não pretende destruir [a Yukos].»
- Em 29 de Novembro de 2003, o Ministro do Desenvolvimento Económico e do Comércio, German Gref, afirmou: «Não está em cima da mesa a nacionalização da Yukos.»
- Em 17 de Junho de 2004, o Presidente Putin afirmou: «As autoridades russas, o governo, e os funcionários económicos do nosso país não estão interessados em ver a Yukos falir.»
- Em 21 de Julho de 2004, o porta-voz para a imprensa da Rosneft, Alexander Stepanenko, afirmou: «[A Rosneft] não planeia adquirir activos num futuro próximo. nenhuns.»
- A 6 de Setembro de 2004, o Presidente Putin afirmou: «Não desejo a falência da Yukos (...) Digam-me os nomes dos funcionários do governo que querem a falência da Yukos que eu despeço-os.»
- A 24 de Setembro de 2004, o Presidente Putin afirmou: «Não houve, nem haverá qualquer plano para nacionalizar a Yukos ou para o Estado assumir o seu controlo (...) O Estado não se candidatou à missão de nacionalizar esta empresa ou de pôr as mãos nela. E também não tem esse objectivo actualmente.» O Presidente também garantiu que eventuais vendas de activos da Yukos seriam efectuadas de acordo com a lei russa: «Faremos isto no estrito cumprimento da lei. Quero deixar isto bem claro – no estrito cumprimento da lei.»

Apesar de todas estas garantias, o Estado orquestrou a venda forçada da Yuganskneftegaz e o procedimento de falência involuntária da Yukos. O Estado recorreu aos acusadores e aos tribunais para avançar com a sua agenda política e económica, e assim promover os interesses das empresas do Estado.⁵⁴

⁵⁴ Segundo o *Financial Times*, «as empresas do Estado podem... tentar usar uma política judicial e fiscal favorável para pressionar os alvos». «Back in business – how Putin's allies are turning Russia into a corporate state», por Neil Buckley and Arkady Ostrovsky, *The Financial Times*, 19 de Junho de 2006.

7. OBSERVAÇÕES INTERNACIONAIS INDEPENDENTES

Banco Mundial

O «Relatório de País sobre a Federação Russa de 2006» do Banco Mundial indica o seguinte:

O clima do investimento na Rússia sofre, desde meados de 2003, de uma crescente incerteza quanto às relações do governo com as empresas, havendo expectativas de uma mais provável intervenção estatal discricionária na economia. A este respeito, o arrastar do caso da Yukos esteve no centro das atenções, mas muitas outras empresas parecem também ter sofrido assédio crescente.

No seu relatório sobre governação global de Setembro de 2006, o Banco Mundial esclareceu qual a posição da Rússia a nível de governação em relação a outros países. A Rússia estava na 151ª posição entre 208 países em termos de estabilidade política, expressão e prestação de contas democráticas, eficiência governativa, qualidade dos corpos reguladores, primado da lei e controlo da corrupção. Em termos globais, portanto, a Rússia encontrava-se ao lado da Suazilândia e da Zâmbia, pouco à frente de Timor-Leste. A estabilidade política da Rússia – definida como probabilidade percebida de que o governo seja destabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos – era comparável à das Filipinas e do Quirguistão. Quanto à credibilidade do empenho do Estado na definição e implementação de políticas, a Rússia estava no mesmo grupo que o Paquistão e a Tanzânia. Em relação à qualidade da regulação, a Rússia estava a par de Madagáscar e do Senegal. O primado da lei na Rússia era tão efectivo como no Equador, na Indonésia e no Bangladesh.

–

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Num relatório de Novembro de 2006, a OCDE criticou as intrusões do Estado russo no sector energético do país como fenómeno «perturbante» que «não augura nada de bom para as perspectivas de crescimento da Rússia». Numa avaliação da economia da Rússia, em 216 páginas, a OCDE afirmou que a corrupção omnipresente constituía uma importante barreira para o investimento. No relatório, a OCDE relacionava o aumento da entrada do Estado nas

esferas comerciais com o leilão forçado da Yuganskneftegaz em 2004. O relatório listava posteriores aquisições feitas por empresas energéticas controladas pelo Estado para demonstrar que a tendência intervencionista só se tinha intensificado.

Segundo o relatório da OCDE:

A tendência mais perturbante a nível de políticas tem provavelmente sido o impulso corrente para expandir o papel directo do Estado nos sectores «estratégicos». As políticas parecem focar-se não nas reformas do mercado mas em reforçar a mão do Estado nas «forças motrizes» da economia. Isto não augura nada de bom para as perspectivas de crescimento da Rússia.

—

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)

A APCE afirmou que:

[A]s circunstâncias da prisão e acusação dos principais executivos da Yukos dão a entender que o interesse da acção do Estado nestes casos vai para além do mero cumprimento da justiça criminal, incluindo o enfraquecimento de um destacado adversário político, intimidação de outros indivíduos abastados e reconquista do controlo sobre activos económicos estratégicos.⁵⁵

A Resolução 1418 da APCE e o correspondente relatório⁵⁶ afirmam que «[o] primado da lei exige o funcionamento imparcial e objectivo dos tribunais e dos gabinetes da acusação, livres de influências indevidas de outros ramos do poder estatal, e o estrito respeito das cláusulas processuais que garantem os direitos do acusado».⁵⁷ A APCE prossegue, declarando que «lamenta que as reformas legislativas introduzidas na Federação Russa em Dezembro de 2001 e Março de 2002 não tenham protegido melhor os juízes de influências indevidas por parte do poder executivo, antes os tenham tornado mais vulneráveis. Estudos recentes e casos com

⁵⁵ Resolução 1418 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, adoptada em 25 de Janeiro de 2005, par. 1-14.

⁵⁶ Resolução 1418 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, adoptada em 25 de Janeiro de 2005; Relatório de S. Leutheusser-Schnarrenberger, da Comissão para Assuntos Legais e Direitos Humanos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, *The circumstances surrounding the arrest and prosecution of leading Yukos executives*, Novembro de 2004.

⁵⁷ Resolução 1418 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, adoptada em 25 de Janeiro de 2005.

grande notoriedade pública mostraram que os tribunais ainda se mostram altamente susceptíveis a influências indevidas. A Assembleia está particularmente preocupada com novas propostas que visam aumentar ainda mais a influência da Administração Presidencial sobre a comissão de qualificação dos juízes». ⁵⁸ A Assembleia Parlamentar acusa a Rússia de cometer um «ataque coordenado pelo Estado» no caso de Mikhail Khodorkovsky.

Examinando um contexto mais geral, em Setembro de 2006 a APCE publicou um relatório sobre a imparcialidade dos julgamentos em casos criminais russos de alegada espionagem ou alegada divulgação de segredos de Estado. ⁵⁹ O relatório afirma o seguinte:

Uma série de casos de espionagem de alto-nível contra cientistas, jornalistas e advogados na Federação Russa, que resultaram em duras penas de prisão, [tem] tido um efeito paralisante sobre estes grupos profissionais. O clima de «mania da espionagem» alimentado por estes casos e declarações controversas feitas por destacados representantes do governo são obstáculos ao saudável desenvolvimento da sociedade civil neste país.

[...]

A Comissão (...) exorta todos os estados membros do Conselho da Europa a absterem-se de acusar cientistas, jornalistas e advogados que se envolvam em práticas profissionais globalmente aceites e a reabilitar todos aqueles que já tenham sido alvo de sanções. Em particular, apela aos corpos competentes da Federação Russa para que libertem de imediato os senhores Sutyagin, Danilov e Trepashkin e para que até ao momento da libertação lhes sejam prestados cuidados médicos adequados.

A respeito dos casos citados, o relatório avança com as seguintes resoluções do APCE:

10.4. Os julgamentos devem ser céleres e devem ser evitadas detenções pré-julgamento prolongadas;

10.5. Os tribunais devem estar vigilantes para garantir um julgamento imparcial prestando especial atenção ao princípio da igualdade de meios entre a acusação e a defesa, em particular:

⁵⁸ Resolução 1418 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, adoptada em 25 de Janeiro de 2005, par.7.

⁵⁹ «Fair trial issues in criminal cases concerning espionage or divulging state secrets» (Doc. 11031) September 25, 2006, Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Homem da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

10.5.1 A defesa deve ser adequadamente representada na selecção de especialistas que dão pareceres ao tribunal sobre a natureza secreta da informação relevante;

10.5.2 Os especialistas devem ter alto nível de competência profissional e devem ser independentes dos serviços secretos;

10.5.3 A defesa deve poder interrogar os especialistas perante o júri e deve poder pôr em causa o seu depoimento recorrendo a especialistas que entenda nomear, incluindo especialistas de outras jurisdições;

10.6 Os processos devem ser tão abertos e transparentes quanto possível, de forma a fomentar a confiança do público na sua imparcialidade; no mínimo, devem ser tornadas públicas todas as decisões judiciais;

10.7. Mudanças de juízes e júris só devem ser autorizadas em circunstâncias muito excepcionais e bem definidas (...) para evitar a impressão de (...) falta de independência dos tribunais;

10.8. A questão de se a informação que foi divulgada já é do domínio público deve ser sempre uma questão de facto a ser decidida pelo júri e, perante resposta afirmativa por parte deste, o juiz deve sempre declarar a absolvição.

11. A Assembleia entende que em alguns casos de espionagem de alto-nível na Federação Russa, incluindo os que envolvem os senhores Sutyagin e Danilov, há fortes indicações de que não foram respeitados os princípios supra (par. 10), e nota que as sentenças de prisão produzidas (14 e 15 anos respectivamente) vão de qualquer modo contra a prática corrente noutros estados membros do Conselho da Europa; em particular:

11.1 tal como nos anteriores casos dos senhores Nikitin, Pasko (cf. Resolução 1354 (2003)) e Moiseyev, os processos contra os senhores Sutyagin e Danilov prolongaram-se por muitos anos, durante os quais os réus estiveram detidos, enquanto o FSB efectuava as investigações criminais;

11.2 os juízes e júris mudaram repetidas vezes, sem que para tal fossem apresentados motivos adequados;

11.3 a defesa não pôde interrogar os especialistas que dão pareceres ao júri sobre a natureza secreta da informação relevante;

11.4 alguns dos especialistas parecem não possuir a necessária independência;

11.5 os processos não tinham abertura; no caso Danilov, a própria sentença foi mantida em segredo. Em vários casos, os tribunais parece ter-se baseado num decreto secreto (Nº 055-96) para impor sanções criminais.

Os casos acima citados reflectem as mesmas deficiências dos processos de acusação e judiciais que se manifestaram no Caso Khodorkovsky. De facto, Mikhail Khodorkovsky está entre um crescente grupo de prisioneiros políticos do Estado russo, para quem a libertação da prisão é a mínima das soluções para os abusos a que foram sujeitos.

—

Amnistia Internacional

A 11 de Abril de 2005, a Amnistia Internacional fez uma declaração pública,⁶⁰ referindo que: «há um contexto político relevante para a detenção e acusação de Mikhail Khodorkovsky, antigo presidente da empresa YUKOS, e de outros indivíduos associados com a YUKOS».

A Amnistia refere ainda:

Entre as preocupações levantadas pela Amnistia Internacional contam-se interferências documentadas sobre o acesso e comunicação dos clientes com os seus advogados, nos casos de Mikhail Khodorkovsky e Platon Lebedev, a natureza fechada dos procedimentos em tribunal, em particular no caso de Aleksei Pichugin, da continuada detenção de Mikhail Khodorkovsky e Platon Lebedev numa prisão para investigação e isolamento (...) durante as fases de investigação e julgamento, alegadas deficiências de prestação de cuidados médicos nos casos de Platon Lebedev, Aleksei Pichugin e Svetlana Bakhmina, alegações de maus-tratos de Aleksei Pichugin and Svetlana Bakhmina durante a detenção, e a detenção de

⁶⁰ Amnistia Internacional, Declaração Pública, AI Index: EUR 46/012/2005 (Public), News Service No. 087, 11 de Abril de 2005.

*Aleksei Pichugin em Lefortovo, instalações de detenção sob jurisdição do Serviço Federal de Segurança (...)*⁶¹

Garante depois que esta situação é, geralmente, indicativa da situação de um sistema judiciário independente na Rússia, declarando que: «as preocupações quanto a estes casos são indicativas de problemas mais vastos no sistema de justiça criminal na Federação Russa, relativos à independência do sistema judiciário; acesso a defesa efectiva; condições de detenção; e recurso à tortura e maus-tratos para obtenção de confissões».⁶²

Além disso, conclui a Amnistia: «[é] certo que alguns grupos russos de direitos humanos notaram um efeito ‘paralisante’ sobre a liberdade de expressão e o pluralismo político na Rússia em resultado da acusação destes indivíduos».⁶³

—

Avaliação da Observância dos Padrões dos G8

Em Janeiro de 2006, o Centro de Política Externa, de Londres, publicou um relatório sobre a Rússia intitulado: «Rússia em Destaque: a Tabela de Classificações dos G8»⁶⁴ A respeito do estado do primado da lei na Rússia, o relatório afirma que:

A corrupção e as pressões políticas na aplicação da lei suscitaram preocupações quanto à erosão da prestação pública de contar por parte dos líderes russos. O ramo executivo parece ter orientado decisões jurídicas em casos de relevo ou relacionados com o Kremlin.

(...)

⁶¹ Amnistia Internacional, Declaração Pública, AI Index: EUR 46/012/2005 (Public), News Service No. 087,

11 de Abril de 2005.

⁶² Amnistia Internacional, Declaração Pública, AI Index: EUR 46/012/2005 (Public), News Service No. 087,

11 de Abril de 2005.

⁶³ Amnistia Internacional, Declaração Pública, AI Index: EUR 46/012/2005 (Public), News Service No. 087,

11 de Abril de 2005.

⁶⁴ H. Barnes & J. Owen, «Russia in the Spotlight: G8 Scorecard», Janeiro de 2006.

Verificaram-se reformas significativas na aplicação da lei e nos procedimentos judiciais; no entanto, a prisão do antigo presidente da Yukos, Mikhail Khodorkovsky, suscitou várias preocupações sobre o uso arbitrário do sistema judicial.

(...)

O julgamento de Mikhail Khodorkovsky foi amplamente considerado como politicamente motivado e as alegações de má prática de acusação põem em causa a independência judicial e a aplicação selectiva das leis de investimento e fiscais.⁶⁵

O relatório afirma a urgência da Rússia respeitar a independência judicial e obedecer aos princípios enunciados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e outros instrumentos internacionais.

⁶⁵ H. Barnes & J. Owen, «Russia in the Spotlight: G8 Scorecard», Janeiro de 2006, p. 25-27.

8. A AGENDA DO KREMLIN

RECUO DAS REFORMAS E CONSOLIDAÇÃO DA VERTICAL DE PODER

À meia-noite da passagem de ano de 1991, a bandeira da União Soviética foi arreada do mastro no topo do Kremlin e substituída pela bandeira tricolor da Rússia. As reformas da *glasnost* e da *perestroika* de Mikhail Gorbachev tinham culminado num golpe falhado, no Verão de 1991, na sequência do qual Boris Ieltsin apanhou a onda de apoio popular que levaria à dissolução da União Soviética e à emergência da Rússia como sua principal sucessora. A Rússia rapidamente deu grandes passos para construir um novo Estado à imagem das democracias industrializadas do mundo.

Como afirmou um observador, o que os russos tentavam era «de uma assentada, dismantelar um Império, levar para diante um milagre económico, transformar o clima moral e económico... resolver velhas questões de fronteiras nacionais e outras disputas, e reabilitar uma cultura». ⁶⁶ Perante a dimensão destes objectivos, a prioridade foi uma nova constituição.

A Constituição da Federação Russa, apresentada em 1993, estabeleceu os alicerces para uma nova era. O Artigo 1 da Constituição descreve a Federação Russa como «Estado de direito democrático». O Artigo 2 declara que o valor supremo dos indivíduos e seus direitos e liberdades, sendo o Estado mandatado para reconhecer, respeitar e proteger estes direitos e liberdades. O Artigo 8 garante o apoio do Estado à concorrência e liberdade da actividade económica. O Artigo 10 apela à separação dos poderes do Estado entre os ramos legislativo, executivo e judicial, exercendo cada um dos ramos os seus poderes de forma independente. No Artigo 15, é atribuída à Constituição força legal suprema e efeito directo. Princípios que são geralmente reconhecidos, normas do direito internacional e os tratados internacionais da Federação Russa são integrados no sistema legal russo, tendo as regras dos tratados internacionais precedência caso estejam em conflito com a lei russa. O Artigo 19 garante a igualdade de todos perante a lei e os tribunais. O Artigo 29 garante a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Os Artigos 34 e 35 garantem as liberdades empresariais e o direito à propriedade privada. O Artigo 46 declara que os direitos e liberdades têm protecção jurídica, afirmando ainda que esgotadas as medidas domésticas de protecção legal, há possibilidade de

⁶⁶ E. Huskey, org., *Executive Power and Soviet Politics: The Rise and Decline of the Soviet State* (Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 1992), p. 263. O mesmo observador continua, afirmando que «[s]e uma parte significativa desta agenda for cumprida, estaremos em condições – teremos de facto a obrigação – de saudar um milagre».

recorrer a organismos internacionais envolvidos na protecção dos direitos e liberdades humanos. O Artigo 48 define os direitos de defesa por advogado, afirmando o Artigo 123 que os procedimentos em todos os tribunais devem ser conduzidos de acordo com os princípios do contraditório e da igualdade das partes. A presunção de inocência está no Artigo 49. O Artigo 50 impede a utilização pelos tribunais de provas obtidas em violação da lei. O Artigo 54 afirma que qualquer lei que estabeleça ou aumente responsabilidades não pode ter efeitos retroactivos e ninguém pode ser responsabilizado por actos que não fossem considerados violações da lei na altura em que foram praticados.⁶⁷

À medida que se enraizava a Constituição de 2003, a prioridade seguinte foi a substituição das velhas e desacreditadas instituições políticas e legais por sucessoras novas e mais legítimas.⁶⁸ Introduziram-se rapidamente leis à medida que iam sendo necessárias para criar um enquadramento para a privatização e o desenvolvimento de uma economia de mercado. Ao mesmo tempo, os mais destacados juristas do país trabalhavam na elaboração do novo Código Civil da Federação Russa, inspirando-se na tradição da Europa continental. Introduzido em fases entre 1994 e 2001, o Código Civil foi globalmente louvado como «constituição económica» do país.⁶⁹ A par da Constituição de 1993, o Código Civil revolucionou a economia russa e pôs em marcha o grande potencial de mercado do país. Estas duas principais fontes do direito foram seguidas por uma série de outras peças legislativas, incluindo um Código Criminal, um Código Laboral, um Código de Propriedade, um Código Fiscal, um Código de Processo Civil e um Código de Processo Criminal.

Esta legislação foi posta em prática num contexto de uma tradição legal que pouca protecção concedia às liberdades civis e direitos de propriedade. Historicamente, as prerrogativas do Estado davam prioridade à manutenção da lei e da ordem e à protecção do colectivo. Para estes fins, obter os resultados desejados era tradicionalmente mais importante que o processo pelo qual fossem obtidos.⁷⁰ A nova Rússia, porém, pretendia virar as costas ao passado bolchevique, que se caracterizava pela vigilância, intimidação e terror policiais, pela «justiça telefónica», pela presunção de culpa para os acusados em matérias do foro criminal e a prisão de adversários políticos. Sendo certamente difícil a transição, a nova Rússia estava empenhada em aderir às normas ocidentais modernas. Procurando obter um «certificado de

⁶⁷ Num sentido idêntico, o Artigo 57 afirma mais especificamente que as leis não podem ter efeitos retroactivos se impuserem novos impostos ou se afectarem negativamente a posição dos contribuintes.

⁶⁸ Ver G.B. Smith, *Reforming the Russian legal system* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996).

⁶⁹ Ver P.B. Maggs and A.N. Zhiltsov, trad., *The Civil Code of the Russian Federation* (Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1997).

⁷⁰ G.B. Smith, *Reforming the Russian legal system* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), p. xii.

democracia»,⁷¹ a Rússia candidatou-se ao Conselho da Europa em 1992, e entrou para a organização em 1996. Em 1998, a Rússia ratificou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. A cooperação entre a Rússia e os seus parceiros bilaterais e multilaterais intensificou-se em várias esferas, através destes e de uma vasta gama de outros instrumentos e actividades.

Não é no entanto de esperar que um estado de direito democrático pudesse ganhar raízes de forma espontânea. Problemas decorrentes das inevitáveis falhas no quadro legislativo só foram agravadas pelo quadro de funcionários do Estado sem a experiência necessária e sem orientação política. Desde o início do período de reformas pós-comunista da Rússia, foram vários os desafios que ameaçaram o sucesso do processo de transição. Desde as dificuldades económicas generalizadas à instabilidade etno-política, rapidamente surgiram motivos para justificar a consolidação do poder. A presidência de Boris Ieltsin foi construída com base na sua autoridade pessoal, em detrimento de outros ramos do governo e de outras estruturas políticas, como o parlamento e os partidos políticos, que poderiam ter servido para fortalecer o primado da lei.⁷² Sob a presidência de Ieltsin, o Estado sofreu uma crise de governação.⁷³ Indivíduos em posições de poder, incluindo o círculo do Presidente, centravam as suas acções no enriquecimento pessoal e na preservação dos seus cargos. A corrupção governamental generalizada tornou-se uma lamentável realidade que afectava directa ou indirectamente quase toda a actividade empresarial.

Em Setembro de 1993, enfrentando oposição devido aos seus esforços para consolidar o poder e implementar reformas, o Presidente Ieltsin decretou a dissolução do Parlamento, contra o articulado da Constituição. Os parlamentares rejeitaram o decreto e moveram-se para destituir o Presidente. Seguiu-se uma crise constitucional, que levou aos conflitos mais sangrentos que as ruas de Moscovo conheceram desde a Revolução Bolchevique de 1917. Os líderes militares e das forças de segurança aliaram-se ao Presidente Ieltsin, atacando o edifício do parlamento e expulsando os representantes eleitos. Em resultado disto, o Presidente Ieltsin passou a governar por decreto, afastando os funcionários do Estado considerados desleais e apresentando queixas formais contra os antigos líderes parlamentares. Em Dezembro de 2003 decorreram as novas eleições parlamentares e no fim desse ano foi aprovada uma nova Constituição da Federação Russa.

⁷¹ Ver P. Leuprecht, «Innovations in the European System of Human Rights Protection: Is Enlargement Compatible with Reinforcement?» (1998) 8:2 *Transnational Law and Contemporary Problems*, pp. 313-336.

⁷² Ver R. Sakwa, «Presidential Power: The Struggle for Hegemony» in W.A. Pridemore, org., *Ruling Russia: Law, Crime, and Justice in a Changing Society* (Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005).

⁷³ *Ibid.*, p. 27.

Neste cenário de um regime fraco e sem rumo, Vladimir Putin chegou ao poder em finais de 1999, com a promessa de uma mudança vigorosa. No centro de todos os arranjos institucionais da governação russa estava uma «presidência hegemónica», que dominava, se não mesmo controlava todos os processos políticos e seus resultados.⁷⁴ Esta hegemonia governa o sistema de «democracia gerida» que hoje resultou num parlamento marginalizado, *media* amordaçados e uma comunidade empresarial incrivelmente controlada. Sob o governo do Presidente Putin, um número crescente de antigos funcionários dos serviços secretos e militares, conhecidos como *siloviki*, começaram a dominar e admoestar os membros da ala liberal do ramo executivo. O Presidente Putin declarou uma «ditadura da lei», afirmando que «[n]um Estado sem lei e, por isso, enfraquecido, o homem está indefeso e não tem liberdade. Quando mais forte o Estado, mais livre o indivíduo».⁷⁵ A «ditadura da lei» mereceu o apoio popular como antídoto para a ausência de lei dos anos anteriores, e como meio de travar os líderes empresariais cujo poder e influência ameaçava o Kremlin. Os primeiros alvos de topo do Kremlin foram Boris Berezovsky e Vladimir Gusinsky, duas personagens controversas forçadas ao exílio na sequência de incansáveis campanhas movidas contra os seus interesses na área dos *media*. Serviriam para avisar outros empresários poderosos que o executivo não haveria de tolerar desafios à sua autoridade.

Simultaneamente, a administração Putin levou a cabo uma vasta reorganização do aparelho de Estado. As oitenta e nove regiões do país foram divididas em sete distritos federais, tendo cada um deles o seu representante da presidência designado. Os líderes eleitos das oitenta e nove regiões perderam significativos poderes e privilégios, nomeadamente a sua nomeação automática para a câmara alta do parlamento, o Conselho da Federação. Através desta redistribuição de poder, a autoridade central viu-se significativamente reforçada, com generais e outros *siloviki* nomeados para a maioria dos cargos nos novos distritos federais.

Em paralelo, foram levadas a cabo significativas reformas institucionais, conduzidas em grande parte por German Gref, Ministro do Desenvolvimento Económico e do Comércio. Gref proclamou a necessidade de desenvolver uma economia auto-regulada, reduzindo a interferência estatal nos negócios privados, pondo fim à excessiva regulação do Estado e limitando a duplicação de poderes executivos detidos pelos organismos federais.⁷⁶ Entretanto, o Primeiro-ministro Mikhail Kasyanov conduziu reformas para tentar impedir que o Estado e

⁷⁴ Ibid., p. 19

⁷⁵ Citado em N. Ascherson, «Law v. Order», 26:10 *London Review of Books* (2004)

⁷⁶ R. Sakwa, «Presidential Power: The Struggle for Hegemony» in W.A. Pridemore, org., *Ruling Russia: Law, Crime, and Justice in a Changing Society* (Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005), p. 32.

seus serviços actuassem simultaneamente no papel de árbitro e jogador.⁷⁷ Mudanças significativas vieram racionalizar e simplificar o aparelho de Estado.

Os tribunais russos representaram outro desafio para as reformas. Durante o período soviético, os tribunais costumavam ser usados como mecanismo de controlo numa cadeia de luta contra o crime de que também faziam parte o KGB, o Ministério do Interior e a Procuradoria.⁷⁸ A separação de poderes não existia, e a «gestão» dos tribunais por funcionários de Estado ocorria a todos os níveis e em todas as fases dos procedimentos.⁷⁹ Embora durante a era de Ieltsin tenham sido desenvolvidos esforços avulsos para melhorar o funcionamento dos tribunais, foi a administração Putin que fez da reforma dos tribunais prioridade máxima. O Presidente Putin destacou o jurista liberal Dmitri Kozak, com quem tinha trabalhado na administração da cidade de São Petersburgo, para liderar uma reforma dos tribunais. As reformas Kozak, que deveriam ser implementadas ao longo de vários anos, incluíam aumentos significativos do financiamento, controlo judicial independente sobre a administração dos tribunais, melhor segurança para juízes e salas de tribunal, informatização e fomento da prestação de contas e da transparência. O Presidente Putin, ele próprio formado em Direito, desenvolveu abertamente os princípios para a reforma dos tribunais em diversas ocasiões. As manifestações do Presidente demonstraram o reconhecimento das fraquezas do sistema existente e da urgência de instituir a mudança.

Os programas do Presidente Putin de reforma da administração pública e da reforma dos tribunais foram implementados a par da consolidação do poder executivo. A reforma da administração pública servia directamente os interesses do executivo, pois seria fortalecida por uma estrutura bem organizada e um corpo de funcionários públicos leal e com formação de nível profissional. As intensas pressões para a reforma dos tribunais, por outro lado, pareciam inconsistentes com as amplamente notadas tendência autocráticas da administração Putin. O interesse sem precedentes da liderança política pelo funcionamento e reputação do sistema judiciário era em parte motivado pelo reconhecimento do papel fulcral que os tribunais poderiam assumir na implementação efectiva das leis. Esta implementação, por sua vez, traduzir-se-ia numa economia mais estável e num clima de investimento mais favorável.⁸⁰ Falando sobre a necessidade permanente de fortalecer a confiança nos tribunais, o Presidente Putin declarou a necessidade da «aplicação consistente do princípio da

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ver O. Schwartz, «The Creation of an Independent Judiciary» in W.A. Pridemore, org., *Ruling Russia: Law, Crime, and Justice in a Changing Society* (Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005).

⁷⁹ Ibid., p. 60.

⁸⁰ Ibid., p. 70.

independência legal e financeira e da imparcialidade dos tribunais, melhorando a competência profissional dos juízes e tornando a justiça transparente».⁸¹ Acrescentou que a Rússia também deveria «aplicar de forma generalizada métodos que ganharam reconhecimento por todo o mundo, em particular resolução de conflitos antes e durante o julgamento por via de negociações e acordos exteriores ao tribunal».

Ao mesmo tempo, o Presidente Putin nomeou um novo juiz-presidente do Supremo Tribunal *Arbitrazh*: o novo juiz-presidente, Anton Ivanov, nascido em 1965, não tinha experiência anterior de juiz. Chegou ao sistema judicial vindo da Gazprom-Media, subsidiária da gigante do gás controlada pelo Estado, frequentemente envolvida em querelas com Mikhail Khodorkovsky e a Yukos. O processo de nomeação pareceu ter ignorado a composição do Supremo Tribunal *Arbitrazh*, com juízes experientes e altamente respeitados, a favor do relativamente inexperiente Ivanov. Apesar deste facto, mais recentemente, o Presidente Putin afirmou que «[s]e parte da sociedade continua a considerar corrupto o sistema de tribunais, não se pode falar de um sistema de justiça efectivo no nosso país».⁸²

Tal afirmação, perante a realidade da corrente manipulação dos tribunais pelo Estado, é um sinal agourento da emergência e imbricação de um estado dual na Rússia, de acordo com a teoria de Ernest Fraenkel aqui descrita. Por um lado, os tribunais deveriam estar ao serviço dos objectivos do Estado normativo. Por outro lado, no entanto, o estado de prerrogativas acaba por assegurar o seu controlo. Neste Estado dual só recentemente se tornou claro em que medida a ala liberal da administração Putin era contrabalançada pelos *siloviki*. Apesar dos sinais de que a reforma estava a derrapar devido à crescente influência dos *siloviki*, muitos líderes ocidentais tenderam a dar ao Presidente Putin o benefício da dúvida. Nalguns casos, os líderes ocidentais estão motivados por uma diplomacia de amizade – esperam que haja uma osmose de valores e interesse comuns através de relações amistosas. Noutros casos, preocupações geopolíticas, como sejam os abastecimentos de energia ou a guerra contra o terrorismo, sobrepõem-se a preocupações quanto aos desenvolvimentos internos da Rússia.

Valery Zorkin, primeiro e actual Presidente do Tribunal Constitucional da Federação Russa, declarou que os «tribunais que aceitam subornos se tornaram um dos maiores mercados de corrupção da Rússia. As investigações demonstram que os tribunais são bastante vulneráveis a ataques corruptos perpetrados por empresas». Declarou também que «[a]profundar a reforma dos tribunais é impensável sem uma reforma legal exaustiva. Tenho a certeza de que

⁸¹ Discurso no Sexto Congresso de Juízes, 30 de Novembro de 2004.

⁸² Discurso anual no Assembleia Federal da Federação Russa, 25 de Abril de 2005.

todas as outras reformas irão desacelerar muito em breve se (...) a reforma legal não levar um empurrão».⁸³

O Professor Peter Solomon, destacada autoridade sobre o sistema de justiça criminal russo, afirma: «A resistência às inovações das políticas é uma parte normal da mudança política, mas quando se torna tão extrema a ponto de pôr em causa a reforma, pode ser considerada uma contra-reforma».⁸⁴

A partir de 2003, passou a haver júris em casos de alegados crimes contra o Estado. Devido ao facto de os júris terem reputação de imprevisíveis, o Bureau de Segurança Federal (FSB) interveio.⁸⁵ Em Fevereiro de 2004, foi feita uma proposta para que os casos de alegados crimes contra o Estado não fossem adjudicados a tribunais de júri. Para este efeito, o Código de Processo Criminal teve que ser emendado e, na falta desse desenvolvimento, o FSB pôs em marcha um processo de influência da selecção de jurados e juízes que haveriam de presidir a esses julgamentos.⁸⁶

O Tribunal Distrital de Basmanny, em Moscovo, onde foram trabalhadas muitas das moções preliminares dos procedimentos criminais contra Mikhail Khodorkovsky, é controlado de perto pelo Procurador-Geral.⁸⁷ O Tribunal da Cidade de Moscovo (Mosgorud), onde o apelo de Mikhail Khodorkovsky foi analisado, é fortemente influenciado pelo Executivo, em particular nos casos de natureza essencialmente política. O orçamento do Mosgorsud depende em parte do Município de Moscovo. A poderosa presidente deste tribunal, Olga Yegorova – nomeada pelo Presidente Putin – é altamente influenciada tanto pelas autoridades executivas como pelas da acusação. Na actual constelação de poderes, os tribunais russos estão claramente sujeitos a influências externas. Os juízes expostos a essas pressões extrajudiciais são muitas vezes forçados a encontrar meios para decidir um caso a favor da parte que exerce a pressão. Em resultado disto, há a ideia generalizada, quer na Rússia quer no estrangeiro, que os tribunais russos estão longe de ser imparciais, em particular nos casos que envolvem grandes interesses políticos ou financeiros. As circunstâncias da campanha contra Mikhail Khodorkovsky e a Yukos são claramente consistentes com estas observações.

⁸³ Valery Zorkin, apresentação citada por Ethan S. Burger, Esq., «A View of the Problem of Corruption in the Russian Arbitrazh Court System» 31 de Maio de 2005, p. 21.

⁸⁴ Peter H. Solomon, Jr., «Threats of Judicial Counterreform in Putin's Russia» 2005, p. 18 (URL: www.reec.uiuc.edu/events/Conference/ACConf/lawconf_paper/solomon.pdf).

⁸⁵ O FSB é o principal sucessor do KGB.

⁸⁶ Peter H. Solomon, Jr., «Threats of Judicial Counterreform in Putin's Russia» 2005, p. 19-20 (URL: www.reec.uiuc.edu/events/Conference/ACConf/lawconf_paper/solomon.pdf).

⁸⁷ Um dos juízes do Tribunal de Basmanny alterou os documentos do secretário do tribunal de forma a apoiar a reacção da acusação a um importante argumento processual esgrimido pela defesa; a defesa, por sua vez, não recebeu qualquer reacção a uma queixa apresentada a todo o tribunal.

No caso Khodorkovsky, os abusos do estado de prerrogativas foram tão flagrantes que os líderes ocidentais foram forçados a rever os seus pressupostos quanto às prioridades do Kremlin. A ala liberal da Administração Presidencial tinha sido posta à margem. Em 2003, os *siloviki* tinham assegurado o controlo da administração num sistema sem a protecção dos freios e contrapesos do poder de Estado. Segundo um destacado observador ocidental, «o juízo unânime feito por conhecedores da Rússia é que nunca o Kremlin foi tão completamente corrupto como é hoje».⁸⁸

De facto, além de marginalizar os reformistas do Kremlin e de se apropriar do controlo dos tribunais, os *siloviki* movimentaram-se com agressividade para consolidar uma «vertical de poder» – antítese da separação de poderes que subjaz às democracias de mercado normais. Os *siloviki* eliminaram as eleições regionais, sendo agora os governadores nomeados pelo Kremlin. Compraram e controlam os últimos bastiões da imprensa livre, transformando a maior parte dos *media* nacionais em centrais de propaganda. Também impuseram às ONGs regulamentos rígidos, que levaram muitas delas a limitar ou pôr termo às suas operações. Dos tribunais às legislaturas, dos *media* à sociedade civil, a nenhum centro de poder independente foi dada a possibilidade de se desenvolver de forma significativa.

Mantendo uma mão firme em todas as alavancas do poder, o Kremlin desenvolveu uma cultura de impunidade típica de uma autocracia clássica. A impunidade e a corrupção estão patentes aos mais altos níveis, dando ao resto do país uma deixa para desrespeitar a lei, uma vez que tal pode ser feito sem consequências. Uma disseminação viral e generalizada da corrupção e a falta de fé na lei resultam da vertical de poder e dos abusos que esta gera.

Em 2006 e 2007, uma série de acontecimentos agravaram ainda mais a reputação do Kremlin no que toca ao primado da lei. Com as traições às grandes empresas energéticas com interesses na Rússia e a perseguição montada aos parceiros comerciais, sejam eles a Ucrânia, a Bielorrússia, a Geórgia, a Polónia ou a União Europeia, o Kremlin pôs seriamente em causa a sua fiabilidade enquanto parceiro comercial. O estado de prerrogativas também mostrou a sua garra com a concentração e deportação, xenófobas e inconstitucionais, de cidadãos da Geórgia, e o encerramento forçado de empresas detidas por georgianos, recorrendo a diversos pretextos regulamentares. Entretanto, os assassinatos de Andrei Kozlov, Anna Politkovskaya e Alexander Litvinenko são outros indicadores da atmosfera russa da cada vez maior ausência de lei.

⁸⁸ A. Åslund, «Putin's Decline and America's Response», Washington: Carnegie Endowment for International Peace, *Policy Brief* 41, Agosto de 2004, p. 6.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SISTEMA LEGAL: O ESTADO DUAL

Ernst Fraenkel foi um advogado e teórico político alemão que emigrou para os Estados Unidos em 1939. Em 1941 publicou *O Estado Dual*, em que descrevia a coexistência do legalismo com regimes políticos iliberais em estados autocráticos.⁸⁹ Fraenkel retratou o sistema político dos anos 1930 na Alemanha como uma combinação de um «estado normativo», um estado racional governado de acordo com normas legais claramente elaboradas, com um «estado de prerrogativas», um estado que exerce o poder arbitrariamente, sem controlo da lei. Todo o sistema legal se tinha tornado num instrumento nas mãos do poder político muito embora «desde que o poder político não exercesse o seu poder, a vida privada e pública fosse regulada quer pela lei tradicionalmente prevalecente, quer pelas leis recentemente aprovadas». ⁹⁰ O estado normativo devia ser mantido por constituir um pré-requisito para a estabilidade do capitalismo, enquanto a coexistência do estado de prerrogativas preservava a capacidade para eliminar ou neutralizar inimigos ou ameaças identificadas. Fraenkel deu conta do crescente atrito, ao longo dos anos 1930, entre os defensores do estado normativo e os de um autoritarismo crescente.

A análise de Fraenkel do estado dual também descrevia como é que o estado de prerrogativas abafava a opinião pública. O lado insidioso do estado dual «prospera escondendo a sua verdadeira face»⁹¹ e por isso a discussão pública tem de ser refreada. Fraenkel faz referência aos registos de procedimentos judiciais para demonstrar o domínio crescente do estado de prerrogativas. A sua análise mostra que os tribunais eram responsáveis por assegurar a manutenção da «ordem capitalista», embora de vez em quando, em casos específicos, o estado de prerrogativas fizesse exercício dos seus poderes usando expedientes para atingir os seus objectivos. O estado de prerrogativas aceitava que os tribunais eram necessários para assegurar a liberdade de empreendedorismo e a inviolabilidade dos contratos, os direitos de propriedade privada e a concorrência, mas isso não significava que os tribunais e que a lei fossem invioláveis. De facto, segundo Fraenkel, a abolição da inviolabilidade da lei era a principal característica do estado de prerrogativas.

A teoria do estado dual de Fraenkel pode aplicar-se à situação da Rússia dos dias de hoje.

O que é pernicioso no estado dual é a sua capacidade de usar a ordem e o progresso do estado normativo para mascarar os abusos do estado de prerrogativas. Até há pouco tempo os

⁸⁹ E. Fraenkel, *O Estado Dual* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1941).

⁹⁰ *Ibid.*, pág. 57.

⁹¹ *Ibid.*, pág. xvi.

observadores externos da Rússia pós-comunista podiam sentir-se tentados a centrar a atenção nos elementos positivos da reforma, desde os grandes avanços na construção do estado normativo, aos repetidos anúncios oficiais sobre a democracia e o primado da lei, que vão contra a própria existência de um estado de prerrogativas. No entanto, o caso Khodorkovsky fez soar os alarmes, dando o alerta para o facto de que um estado de prerrogativas existe realmente na Rússia. Este estado de prerrogativas tem o poder de controlar os acontecimentos a seu bel-prazer enquanto esconde a sua verdadeira face por trás das instituições legítimas que têm sido construídas nos últimos anos. O exame do caso Khodorkovsky, e das motivações que lhe estão por trás, expõe o extremo abuso de autoridade e o desrespeito pela lei que fundamentalmente minaram o progresso que a Rússia fez no desenvolvimento do primado da lei nos últimos anos.

Abstendo-se de referências teóricas, muitos comentadores debateram as lutas intestinas de facções do Kremlin sobre políticas económicas e expropriação de activos importantes. Estas lutas bizantinas, que muitos pensam ter tido uma influência crítica no caso Khodorkovsky, vieram a público após a expropriação dos activos da Yukos e de relatos sobre as lutas internas entre dois grupos de burocratas: os que além de trabalharem para o Estado eram também empregados da Gazprom e os que além de trabalharem para o Estado eram também empregados da Rosneft. Esta arquitectura do poder político e económico da Rússia explica a natureza idiossincrática do autoritarismo na Rússia de hoje. A política do Estado anda ao sabor da disputa de interesses de indivíduos no poder e empresas com quem trabalham.

O debate sobre o estado dual é inteiramente pertinente tendo em vista o corporativismo de Estado que levou a que tanto na Gazprom como na Rosneft os cargos de gestor sénior e os quadros de directores fossem invadidos pelos membros da facção *siloviki* do Kremlin. Esta mistura de actores políticos e comerciais teve reflexo na obstinada demanda do Kremlin em conquistar alvos energéticos através da actividade burocrática e política da agência estatal. O uso de leis ambientais em Sakhalin para deter o controle de interesses geridos por estrangeiros no mercado energético é só um exemplo. O recente encerramento de *pipelines* para a Ucrânia e a Bielorrússia, com o objectivo de lhes extorquir infra-estruturas do mercado energético, usando empresas intermediárias corruptas que aplicam uma mistura de murro no estômago político e falinhas mansas económicas, demonstra a crescente patologia do estado dual.

AS EMPRESAS ENERGÉTICAS ESTATAIS RUSSAS COMO FERRAMENTAS DO PODER DO KREMLIN

O desenrolar dos acontecimentos após o julgamento de Khodorkovsky mostra que longe de este ter sido um caso isolado, foi um momento pivô no lançamento de um plano estratégico para esmagar as dissensões internas e trazer o sector energético privatizado da Rússia de volta ao controlo do Estado. Estes objectivos foram conseguidos por elementos corruptos do Executivo através do abuso generalizado do controlo que detinham sobre a máquina do Estado; através do uso impróprio dos tribunais russos e das leis fiscais, conseguiram não só esmagar Khodorkovsky e renacionalizar a Yukos, como também criar para si próprios novos impérios muito bem sucedidos. Entretanto, enclausurado na prisão, Khodorkovsky é um prisioneiro político e um refém do mercado energético, e o seu encarceramento é um aviso deliberado e cruel para qualquer executivo russo ou internacional bem como para governos estrangeiros que se atrevam a desafiar o controle absoluto da Rússia sobre os seus recursos energéticos.

O uso de destacados burocratas ou acusadores públicos para instrumentalizar leis fiscais, ambientais e leis de processo de falência e assim atingir as metas comerciais de empresas estatais é agora uma tática largamente conhecida. Como defende uma análise da OCDE, longe de ser um caso único, a tática empregue no caso Yukos tornou-se de natureza sistémica.⁹²

A campanha de engenharia política anti-Khodorkovsky torna claro que um novo tipo de proprietários ricos e influentes emergiu na Rússia – e que operam dentro da *entourage* do Presidente Putin. Seguindo a longa tradição russa de usurpação dos direitos privados por parte do Estado, os homens do presidente consolidaram o controlo sobre a indústria da energia não deixando que normas nacionais ou internacionais se lhes atravessassem no caminho. Para conseguirem os seus objectivos exploraram o acesso que tinham às instituições estatais de autoridade e poder. São eles a face do estado de prerrogativas na Rússia de hoje.

Dimitri Medvedev é presidente do Quadro de Directores da Gazprom desde 2002. Entre 2003 e 2005 também chefiou a Administração Presidencial do Kremlin e desde o final de 2005 acumulou a função com a de Vice-Primeiro-Ministro. Com Miller a presidir o Comité de Gestão da Gazprom, as duas mais influentes figuras da companhia exercem uma tremenda influência dentro do Kremlin.

⁹² Segundo um relatório da OCDE de Novembro de 2006, as crescentes intervenções do Estado russo num grande leque de indústrias do país são um fenómeno «perturbante», constituindo «um mau augúrio para as perspectivas de crescimento da Rússia».

Como diz *The Economist*, «muitos observadores interrogam-se se a Gazprom chega sequer a ser uma companhia... A maior parte das vezes mais parece ser uma arma do Estado».⁹³

Na Rosneft, Igor Sechin é presidente do Quadro de Directores, sendo também vice-presidente da Administração Presidencial. Sechin lidera o grupo *siloviki* dentro do Kremlin. Estes três poderosos homens conseguiram inverter as privatizações dos anos 1990 e expulsar os líderes de negócios independentes cuja influência escapava ao controlo do Kremlin.⁹⁴ Marginalizaram a ala liberal da Administração Presidencial. Como referido antes, em Dezembro de 2005, o respeitado conselheiro económico presidencial Andrei Illarionov demitiu-se em protesto contra a política do Kremlin, afirmando que «não sobra espaço económico livre na Rússia».⁹⁵ Em Janeiro de 2006, Illarionov declarou que a Rússia «se tornou um Estado corporativo que se preocupa antes de mais em acautelar os interesses dos seus círculos internos e discriminar quem é de fora».⁹⁶

Para estes «novos oligarcas», a proximidade do poder político foi um pré-requisito para a ascensão. Não conseguiriam atingir os seus objectivos se jogassem em igualdade de circunstâncias, e por isso exploraram o controlo que detinham sobre instituições estatais de autoridade e poder, desde a Procuradoria-Geral à polícia fiscal, ao poder judicial e aos *media*. O poder que detêm é uma considerável ameaça para o mundo exterior. Hoje a Rússia é o maior exportador mundial de gás natural. Desde meados de 2006 ultrapassou a Arábia Saudita e tornou-se o maior exportador mundial de petróleo. Como declarou um observador, grandes economias «cada vez mais dependentes das exportações de gás e petróleo da Rússia (...) estão a tornar-se vulneráveis às ambições de um estado autocrático e imperial que não se coíbiu de usar a energia como arma geopolítica e que tem sido implacável na forma como trata a oposição política interna e os estados vizinhos».⁹⁷ De facto, a «diplomacia dos combustíveis» tornou-se a principal alavanca russa para exercer influência no palco geopolítico.

Esta influência é óbvia quando vemos a Gazprom indicar Gerhard Schroeder, antigo chanceler alemão, para presidente do quadro de supervisão do gasoduto Nord Stream, projecto de 4,7 mil milhões de dólares. O negócio, assinado dez dias antes das eleições na Alemanha, irá fornecer gás directamente à Alemanha, em 2010, passando pelo fundo do Mar

⁹³ «Russia's energetic enigma» *The Economist*. 6 de Outubro, 2005.

⁹⁴ Ver «Putin's Power Politics» 11:17, de Daniel Twining, em *The Weekly Standard* (2006).

⁹⁵ Conforme citado na Radio Free Europe/Radio Liberty. Anteriormente, em 2005, Illarionov tinha sido despromovido do cargo de representante presidencial no G8, na sequência de declarações contra a actuação do Estado no caso Yukos.

⁹⁶ Apresentado no *Kommersant-Daily* como citação da Radio Free Europe/Radio Liberty.

⁹⁷ «Putin's Power Politics» 11:17, de Daniel Twining, em *The Weekly Standard* (2006).

Báltico. Outros países da Europa Ocidental acabarão por ser servidos pela via de abastecimento alemã. A Rússia poderia então cortar o gás à Ucrânia, Europa Central e aos estados do Báltico sem afectar directamente o fornecimento europeu.⁹⁸ Sem surpresas, foi Schroeder quem durante sete anos ignorou sistematicamente o recuo gradual dos direitos políticos na Rússia e deu descaminho às tentativas de pressão unificada ocidental para que Moscovo modificasse a sua conduta.⁹⁹ Em vez disso, Schroeder centrou-se exclusivamente em aprofundar os laços comerciais e políticos com a Rússia. A completa ausência de críticas aos recuos do regime russo por parte de Schroeder demonstra a que ponto foi competentemente assimilado pelo Kremlin. Entretanto, tudo o que o seu oportunismo político fez foi escorar a intransigência do Kremlin em recusar as preocupações e críticas estrangeiras. Embora com menos sucesso do que a Alemanha de Schroeder, outros governos ocidentais sentiram-se impelidos a abraçar a Rússia devido à sua recente influência nos mercados energéticos. A reduzida reacção dos governos ocidentais ao caso Yukos pode em parte ser explicada pelo medo de afrontar o Kremlin, quer em relação ao projecto do gasoduto, quer à importação de gás natural líquido ou a quaisquer outras preocupações ligadas à energia. Esta política de «business-as-usual» legitima o estado normativo e nega a existência de um estado de prerrogativas, apoiando assim os perpetradores do caso Yukos.

Veja-se por exemplo o anúncio feito em Julho de 2006 de que, apesar de compromissos de longa data em contrário, a Gazprom tinha tomado a audaciosa decisão de excluir todas as grandes empresas energéticas estrangeiras da *short-list* de potenciais parceiros no multimilionário projecto de desenvolvimento do campo de gás de Shtokman. A jogada da Gazprom, despida de sentido do ponto de vista dos negócios, foi a prova clara da presteza do Kremlin em politizar a energia. Os desenvolvimentos do caso Shtokman demonstram o inaceitável alto risco de presumir que, quando se negocia com a Rússia, o sentido do negócio vai prevalecer sobre caprichos e desígnios políticos.

A desfaçatez geopolítica do Kremlin esteve também à vista com o corte de fornecimento de gás à Ucrânia em Janeiro de 2006 e o corte de fornecimento de petróleo à Bielorrússia em Janeiro de 2007. Qualquer dos dois incidentes mostra a presteza do Kremlin em empenhar-se num braço de ferro no sector energético para atingir fins tanto comerciais como políticos.

⁹⁸ Ver «Gerhard Schroeder's Sellout», *The Washington Post*, 13 de Dezembro, 2005.

⁹⁹ *Ibid.*

Como nova superpotência do mercado energético, o Kremlin acostumou-se a gozar de vantagens, e a abusar delas, em relações assimétricas quer com empresas nacionais, quer com empresas estrangeiras.¹⁰⁰

Enfrentando o braço de ferro de um Kremlin movido a confiança nos petrodólares, os líderes estrangeiros políticos e económicos não conseguiram traçar uma resposta estratégica. Vêm-se agora obrigados a advogar com muito mais vigor um empenho na defesa do Estado de direito na Rússia ancorado em bons princípios, tornando claros quais os custos e consequências de atitudes caprichosas em relação à lei, atitudes essas que se tornaram a norma do actual regime.

Foi o corporativismo de Estado não orientado para o mercado do actual Kremlin que tornou inevitável o encarceramento de Khodorkovsky e a expropriação da Yukos. Prendendo Khodorkovsky e expropriando a Yukos, o Kremlin eliminou a concorrência no sector energético. Já ninguém construirá *pipelines* concorrentes; ninguém advogará o desmembramento da Gazprom; ninguém promoverá a governação empresarial nem a transparência, anátemas para as empresas estatais. Os custos destas acções do Kremlin estão a tornar-se cada vez mais evidentes, desde a má gestão de recursos do Estado e declínio do crescimento da produção de energia aos riscos de confiar num fornecedor de energia cuja estabilidade política depende de um clã corrupto se conseguir manter agarrado ao poder.

¹⁰⁰ Um editorial do *The Wall Street Journal* afirma o seguinte sobre um ataque iminente do Kremlin à companhia francesa de petróleo Total: «É de recordar que as empresas e investidores estrangeiros se mostraram relativamente pouco preocupados com as deficiências no Estado de direito na Rússia antes, quando só oligarcas como Mikhail Khodorkovsky, fundador da Yukos, viu a sua riqueza ser-lhe confiscada. Os investidores estrangeiros russos nunca foram os lobistas ideais para protecção da propriedade privada e outras instituições democráticas do mercado livre, dada a forma como lucraram com a economia do Extremo Oriente do país. Agora já percebem um pouco melhor (...) como Khodorkovsky se sentiu». Quanto às acusações de danos ecológicos causados pela Total no seu campo petrolífero de Kharyaga, o *Wall Street Journal* afirma: «Ao contrário do que aconteceu quando a Royal Dutch Shell viu o negócio da Sakhalin-2 ir por água abaixo (...) Moscovo não se deu ao trabalho de ter uma verdadeira agência ambiental a fazer as acusações. Em vez disso, quem teve a palavra foi (...) Sergei Stepashin, presidente da Câmara Federal de Auditoria (...) Stepashin não se alongou muito a identificar o verdadeiro problema do Kremlin em relação à Total: que a empresa não tinha cumprido prazos e que a insuficiência de produção tinha causado «cortes nas receitas [do governo]». Se juntarmos a isto o facto de a Kharyaga ser dos raros projectos energéticos que restam na Rússia não controlados por uma empresa russa, torna-se óbvio como a Total era um alvo fácil». Em «A Total Mess», *The Wall Street Journal*, 25 de Janeiro de 2007.

EXPORTAÇÃO DE INJUSTIÇA – TENTATIVAS DO KREMLIN USAR TRIBUNAIS ESTRANGEIROS

Durante e depois do julgamento de Khodorkovsky, a Rússia apresentou a vários países pedidos de assistência legal relacionados com a acusação.

Em 2004 e 2005 pediu às autoridades holandesas que transferissem documentos financeiros e administrativos de várias empresas holandesas e as notas de entrevistas dos gestores dessas empresas, notas que deveriam ser obtidas na sequência de várias buscas e apreensões.

As autoridades russas pediram também à Grã-Bretanha a extradição de três dos co-acusados de Khodorkovsky. O requerimento foi recusado por Sua Excelência Supremo Juiz Distrital Timothy Workman, do Tribunal da Magistratura de Bow Street, em Londres, argumentando que os julgamentos que aguardavam estes co-acusados teriam motivação política, tal como os procedimentos contra Khodorkovsky tinham tido.¹⁰¹

Este veredicto foi apresentado no caso de extradição de dois co-acusados associados de Khodorkovsky, Dmitry Maruev e Natalya Chernysheva. O juiz Workman observou que «Khodorkovsky era visto como um poderoso adversário político de Putin», que «é mais provável do que improvável que a acusação de Khodorkovsky tenha motivação política»¹⁰² e que, por fim, «no que diz respeito a este caso em particular, fico satisfeito por ter uma tão forte motivação política que há um risco considerável de os juízes do Tribunal da Cidade de Moscovo sucumbirem à interferência política, trazendo assim a lume a questão da sua independência».¹⁰³ Além disso, o veredicto afirmava que «é provável que um julgamento justo destes dois réus seja prejudicado pelas suas opiniões políticas e as opiniões de quem lhes esteja associado». Estas observações foram reforçadas na decisão de 23 de Dezembro de 2005 sobre o caso *Federação Russa vs. Temerko*, também ouvido perante o Tribunal da Magistratura de Bow Street.¹⁰⁴ O juiz britânico recusou-se de novo a acatar um pedido de

¹⁰¹ Tribunal da Magistratura de Bow Street, *Government of the Russian Federation vs. Dmitry Maruev e Natalya Chernysheva*, Sênior District Judge Timothy Workman, 18 de Março de 2005. Tribunal da Magistratura de Bow Street, *Russian Federation vs. Temerko*, Senior District Judge Timothy Workman, 23 de Dezembro de 2005.

¹⁰² Tribunal da Magistratura de Bow Street, *Government of the Russian Federation vs. Dmitry Maruev e Natalya Chernysheva*, Sênior District Judge Timothy Workman, 18 de Março de 2005.

¹⁰³ Tribunal da Magistratura de Bow Street, *Government of the Russian Federation vs. Dmitry Maruev e Natalya Chernysheva*, Senior District Judge Timothy Workman, 18 de Março de 2005 (não relatado, p. 5 da transcrição), ver também: International Bar Association, «Striving for Judicial Independence: A Report into Proposed Changes to the Judiciary in Russia», Junho de 2005, p.37.

¹⁰⁴ Tribunal da Magistratura de Bow Street, *Russian Federation vs. Temerko*, Senior District Judge Timothy Workman, 23 de Dezembro de 2005.

extradição russo, desta vez relativo a Alexander Temerko, uma vez que a motivação para o procedimento criminal contra ele, a segunda pessoa mais importante na empresa após Khodorkovsky, foi considerada política.

Em Agosto de 2006, a Rússia anunciou a abertura de um processo de investigação criminal ao antigo presidente da Yukos, Steven Theede, ao director financeiro, Bruce Misamore e ao conselheiro empresarial, David Godfrey, bem como a Tim Osborne, director da GML, a maior accionista da Yukos. A Procuradoria-Geral anunciou que «os indivíduos acima mencionados se apropriaram ilegalmente de activos» e «praticaram desvio e lavagem de propriedade» causando «sérios danos» à Yukos. Estas declarações de conduta criminosa, absolutamente infundamentadas e feitas em total desrespeito pela presunção de inocência foram a salva de abertura da renovada campanha do Kremlin para denegrir quem tivesse tido posições cimeiras na Yukos. Com base na pouco fiável informação disponível relativa a esta investigação, as acções caracterizadas como de natureza criminosa referem-se somente a medidas legais tomadas por tribunais de Nova Iorque, Amesterdão e Moscovo, por confronto com o início de procedimentos de falência involuntária contra a Yukos. No entanto, tendo em vista a prática corrente dos tribunais britânicos, há poucas hipóteses de algum destes executivos estrangeiros ser alguma vez extraditado para a Rússia para interrogatório. A falta de cooperação de tribunais estrangeiros é a resposta natural à forma flagrante como os tribunais russos ignoraram normas e procedimentos fundamentais do Direito nos últimos anos, sobretudo no caso Yukos, em que há uma forte carga política.

De facto, os funcionários da Justiça de outros países não devem pressupor que o sistema legal russo se assemelha ao seu em termos de cumprimento das normas legais fundamentais dos estados constitucionais democráticos. Quando o longo braço da Justiça russa chega ao estrangeiro com pedidos de extradição e de cooperação judicial, os países devem examinar os pedidos cuidadosamente e preparar-se para responder com uma repreensão firme e eticamente bem fundamentada.

Um relatório de Janeiro de 2007 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre julgamentos justos em casos de natureza criminal na Rússia faz eco desta cautela. O relatório exorta todos os estados membros do Conselho da Europa a absterem-se de acusar cientistas, jornalistas e advogados que cumpram as práticas profissionais geralmente aceites e que ilibem os que já tenham sido sancionados.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Este relatório debruça-se sobretudo sobre uma série de casos contra espionagem de alto nível por parte de cientistas, jornalistas e advogados na Rússia que teve como resultado duras prisões, tendo tido «um efeito desmotivador nestes grupos profissionais». O relatório afirma que estes casos constituem

Estas novas acusações transportam consigo a necessidade urgente de o Kremlin ganhar força em tribunais estrangeiros, pelo uso deste tipo de alegações de lavagem de dinheiro, tão exageradas que de alguma forma podem fundamentar uma analogia com a Enron, pedra basilar da campanha de desinformação na mais recente fase de ataque à Yukos.

Depois do alvoroço de fins de 2006, início de 2007, causado pelo envenenamento em Londres do ex-funcionário do KGB Alexander Litvinenko, cidadão britânico, o Kremlin demonstrou mais uma vez a sua propensão para politizar procedimentos legais. O Kremlin fez, e continua a fazer, várias tentativas para desviar a atenção dos investigadores britânicos e dos *media* do que parecem ser as pistas mais promissoras para a investigação. Tácticas de obstrução dos funcionários russos, acompanhadas de afirmações inúteis relacionadas com assuntos de soberania nacional, frustraram os investigadores britânicos e só serviram para levantar suspeitas sobre suspeitos ligados aos serviços de segurança russos. As autoridades russas exploraram também a atenção internacional à volta do caso Litvinenko fazendo declarações públicas sobre o possível envolvimento de indivíduos exilados que eram activamente perseguidos pelo Kremlin como parte da campanha em curso contra estes antigos líderes da indústria russa. Alegações tão improváveis quanto estas e a forma pública como foram feitas só serviram para minar mais ainda a expectativa russa de reciprocidade genuína em matéria de cooperação internacional.

obstáculos ao saudável desenvolvimento da sociedade civil na Rússia. As conclusões do Conselho da Europa são igualmente aplicáveis a campanhas conduzidas pelo Estado na esfera económica, como a campanha contra Khodorkovsky e a Yukos. “Fair trial issues in criminal cases concerning espionage or divulging state secrets” (Doc. 11031) 25 de Setembro, 2006, Comissão para os Assuntos Jurídicos e Direitos do Homem, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

9. DESAFIOS PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Segundo Lilia Shevtsova do Carnegie Moscow Centre, «o modelo segundo o qual a Rússia imita a democracia, e o Ocidente responde imitando uma parceria está esgotado». Contudo, muitos líderes internacionais políticos e de negócios continuaram no seu desregrado vale-tudo na Rússia, guardando para si as críticas ao crescente autoritarismo do Kremlin e, simultaneamente, disputando o acesso à energia russa. Entretanto o mundo testemunha desenvolvimentos dramáticos na Rússia, desde a execução com motivações políticas de Anna Polikovskaya, ao xenófobo arrebanhamento e deportação de cidadãos georgianos e à coerção das empresas estrangeiras no projecto de petróleo e gás da ilha de Sacalina.

Nos últimos anos muitos países ignoraram ou desvalorizaram sistematicamente a drástica retirada da Rússia dos compromissos assumidos em relação a uma economia de mercado competitiva, à democracia e ao primado da lei. Talvez não intencionalmente, a política do «business-as-usual» com os russos tornou estes países cúmplices no enquistamento dos indivíduos corruptos que consolidaram o seu poder no Kremlin.

Apesar do estatuto da Rússia como signatária da Convenção Europeia para os Direitos do Homem e membro do Conselho da Europa, membro fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, membro do G8 e futuro membro da Organização Mundial do Comércio, a forma flagrante como a campanha contra Khodorkovsky e a Yukos foi, e continua a ser, conduzida leva a crer que quem está no poder acredita que a sua conduta ilícita não terá consequências.

Se esta crença não for afrontada e o caso Khodorkovsky não se tornar preocupação especial para governos e instituições estrangeiros, a elite russa no poder sentir-se-á encorajada a levar ainda mais longe a consolidação do controlo do governo e a usar as reservas energéticas com fins políticos, ameaçando mercados competitivos e minando a segurança energética da Europa Ocidental, Japão, China e Estados Unidos.

A resposta débil que foi dada ao retrocesso da Rússia constituiu uma rendição chocante às forças sinistras dentro da liderança russa e um sinal claro para estas forças de que o seu autoritarismo beligerante será tolerado – em troca de tratamento preferencial nas relações energéticas. É perigoso enviar este sinal a um regime que manobra o poder com desrespeito recorrente tanto pela lei russa como pela lei internacional.

Os pares internacionais da Rússia não podem ignorar os seus próprios valores fundamentais e têm de deixar bem claro que o respeito por estes valores é o critério fundamental para o desenvolvimento de relações com a liderança russa.

Os mais recentes desenvolvimentos deviam ter sido entendidos como avisos sobre a verdadeira natureza dos que chegaram ao poder na Rússia. Contudo, são demasiados os líderes estrangeiros políticos e de negócios que optaram por negar, recusar ou desvalorizar a gravidade destes acontecimentos. A Rússia é um importante parceiro comercial e por isso, argumenta-se, um Kremlin forte é bom para relações comerciais estáveis.

É um argumento falho e de vistas curtas. Sem dúvida, é importante garantir condições de mercado estáveis para as empresas estrangeiras activas na economia russa. É também importante garantir o fornecimento russo de energia a longo prazo. Contudo, consegui-lo através de uma mistura de oportunismo e cobardia não é a aproximação correcta a longo prazo e o feitiço já se começou a virar contra o feiticeiro. O tempo do oportunismo egocêntrico acabou.

Envolver a Rússia é crucial devido a todos os benefícios que uma economia russa saudável e estável traz ao resto do mundo. Mas este envolvimento tem de ser feito num quadro construtivo, assente no verdadeiro respeito pelos princípios fundamentais da economia de mercado, pelo estado de direito e pelos processos democráticos.

Os *media* estrangeiros têm sido mais directos nas críticas do que os líderes políticos. O *Wall Street Journal* instigou a adopção de uma política dura e consistente em relação à Rússia, afirmando que «tem de se dizer ao Kremlin que uma Rússia autoritária não tem lugar no mundo ocidental. Esqueçam o G8, um clube de países democráticos industrializados (a Rússia não é nem uma coisa nem outra), ou relações militares ou económicas mais próximas». O jornal adiantou ainda que os interesses ocidentais «não se resumem a assegurar um fornecimento de petróleo estável ou a ilusão de estabilidade. Passam por uma Rússia que esteja a construir as fundações de uma democracia para se tornar parceiro pacífico e de confiança da Europa e dos EUA. Neste momento, a Rússia está ir na direcção contrária».

Curiosamente, as instituições políticas europeias, em particular a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, têm sido menos hesitantes em expressar preocupação pela prisão de Khodorkovsky e o arresto de bens da Yukos. Tanto nas reuniões da cimeira União Europeia-Rússia como no contexto dos diálogos do Conselho Permanente de Parceria União Europeia-Rússia, a Comissão Europeia sublinhou repetidamente a necessidade de a Rússia garantir uma

aplicação do primado da lei não discriminatória e proporcionada. A Comissão procurou compromissos e novas garantias por parte da liderança russa no que diz respeito a estes princípios e mostrou grande interesse no resultado dos procedimentos legais instituídos por Khodorkovsky no Tribunal Europeu de Direitos do Homem.

À parte isto, os pares da Rússia na comunidade internacional não exprimiram mais do que uma preocupação morna sobre o caso Khodorkovsky. No entanto, a campanha das autoridades russas contra Khodorkovsky e a Yukos não pode ser olhada como assunto puramente interno da Rússia. A campanha decorreu no contexto de aprofundamento do autoritarismo na Rússia. O sistema político russo está em rápida mutação, e com sérias implicações para o primado da lei na Rússia, pondo em risco a protecção dos direitos humanos e as garantias legais de propriedade privada, incluindo o investimento estrangeiro. A lista cada vez maior de acusações selectivas e de destruição do direito de propriedade, levadas a cabo à vista de toda a gente, mancha a inviolabilidade da justiça – não só na Rússia mas em todas as organizações internacionais de que a Rússia é ou pretende ser membro.

O lugar da Rússia em quadros de parceria com o resto do mundo, num mercado comum e num espaço comum de justiça e de direitos humanos, exige a atenção de todos os implicados quando e onde quer que seja que os princípios fundamentais sejam alvo de ataque. Os abusos flagrantes do actual regime de Moscovo levam a crer que quem está no poder pensa que a sua conduta não vai ter consequências. Foi esta a lição que Moscovo aprendeu no «business-as-usual» com o mundo.

Para contrariar esta percepção das coisas, os governos e instituições estrangeiras deviam declarar que Khodorkovsky merece ser libertado dado que foi obviamente vítima de um mau julgamento. Estas declarações deviam ser feitas não só porque Khodorkovsky é claramente vítima de perseguição política e injustiça mas também porque, tal como o Kremlin o usou para avisar outros opositores do regime, os governos e instituições estrangeiros deviam vê-lo como símbolo: Khodorkovsky representa o que é preciso mudar na Rússia se esta quer ser vista como membro genuíno do grupo de nações amigáveis e orientadas para o mercado, ligadas por valores comuns e adesão ao estado de direito.

Uma nova relação com a Rússia tem de ser construída sobre alicerces sólidos para garantir prosperidade e segurança para o futuro, tanto na Rússia como no resto do mundo. Caso contrário a comunidade internacional poderá muito em breve enfrentar problemas numa escala ainda mais séria, com um regime pós-Putin rico e arrogante ainda menos empenhado em desenvolver quaisquer aparências de democracia e economia de mercado.

10. CONCLUSÕES

No caso Khodorkovsky, a magnitude e o alcance dos abusos de autoridade do Estado superam qualquer prerrogativa racionalmente defensável. Não se trata de um caso de um homem e de uma empresa. A prisão de Khodorkovsky constitui uma mensagem implacável para o povo russo: não se atrevam. Não se atrevam a levar a sério as liberdades que estão no papel, a defender princípios, a dizer o que pensam, a desafiar, a revoltarem-se. Se se atreverem, serão esmagados. Viverão sob o eterno medo do estalar do chicote. O Estado não recuará diante de nada para domar as críticas e consolidar o controlo sobre as riquezas naturais do país.

O desenrolar dos acontecimentos após o veredicto de 2005 do caso Khodorkovsky indica que o poder de acusação se tornou um instrumento de eleição entre os meios de que o Kremlin dispõe para conseguir os resultados políticos e comerciais desejados. O Kremlin detém grande influência através da constante ameaça de uso de mão pesada, de encarceramento e de expropriações injustas. Nos últimos anos, acumularam-se inúmeras violações muito graves da Constituição da Federação Russa, desprezando-se por completo a primazia que esta detém no sistema legal russo. Muitas outras leis russas foram desobedecidas a bel-prazer, bem como obrigações decorrentes de tratados e convenções internacionais.

Paradoxalmente, a lei, que foi tão gritantemente desrespeitada pela Procuradoria-Geral russa, tanto nos procedimentos como na sua substância, continua a servir como pretexto quando é conveniente para exercer intimidação ou controlo por parte do Estado. A instrumentalização da lei, tão clara na expropriação da Yukos, foi agora replicada um pouco por todo o lado, como no caso da chantagem de Sacalina, e aparentemente com cada vez menos preocupação por ter alguma pretensa credibilidade. A extorsão enquistou-se como método de aquisição por parte do Estado. Um Kremlin cada vez mais arrogante calculou que tinha espaço de manobra para ignorar obrigações legais e morais quando isso lhe fosse conveniente – quer se tratasse de respeitar tratados ou negócios, como o projecto de Shtokman, ou compromissos de expedir gás e petróleo através de *pipelines* sem interferência política.

Não só o Kremlin explora mecanismos legais internamente, como cada vez mais procura fazê-lo internacionalmente. Moscovo está desejoso de acertar contas com destacados líderes de negócios, actualmente exilados, que humilharam o Kremlin não se vergando aos seus desejos, e que continuam a frustrá-lo com tentativas de influenciar o desenrolar dos acontecimentos na Rússia a partir do estrangeiro. Estes líderes de negócios fugiram da Rússia porque temiam não só pela sua subsistência mas também pela sua vida. Entre os principais

alvos encontram-se antigos empregados da Yukos – cidadãos russos e americanos accionistas da Yukos.

Os registos mostram que os acusadores públicos deixaram de merecer confiança nesta matéria. A cooperação com eles seria adequada se a Rússia tivesse um sistema de acusação independente que funcionasse bem. Aceder aos pedidos do sistema de acusação russo exige que este cumpra um nível mínimo de modernidade, justiça e rigor legal. Infelizmente nada disto se verifica.

O caso Khodorkovsky é um caso de criminalização da oposição política interna e da concorrência económica. O próximo capítulo desta novela parece andar à volta da lavagem de dinheiro. O Kremlin parece ter-se decidido pela lavagem de dinheiro como meio de manter Khodorkovsky afastado da sociedade russa – apesar de o argumento para o fazer ser completamente falso. O que é previsível é que o Kremlin, mais uma vez, lance a rede, e nela arraste quem quiser, independentemente de as vítimas estarem ou não ligadas às operações financeiras em causa. Khodorkovsky aparecerá neste processo como símbolo vivo e precedente assustador do que as autoridades são capazes – de decidirem sumariamente quem irão pôr na prisão e que propriedades irão confiscar.

O apreço global pela liderança russa conhece os níveis mais baixos de todos os tempos. O actual Kremlin não hesitou em abusar dos princípios da política ou das relações comerciais internacionais. Tem pela frente a difícil tarefa de recuperar a sua legitimidade e promover o verdadeiro estado de direito na Rússia, bem como o respeito por obrigações internacionais. De outra forma, os actuais líderes russos poderão ser os responsáveis pelo despenhamento do país na anarquia.

Na declaração às autoridades que investigaram as novas acusações dos finais de 2006, Khodorkovsky afirmou: «Nos primeiros dias de prisão disse para mim mesmo que era especificamente na Rússia que queria que fosse feita justiça. Não duvido que esse dia vá chegar e que há-de ficar provado que todas as acusações contra mim – velhas e novas – não têm fundamento. Infelizmente, tal não acontecerá tão depressa como gostava».